



## ECOXXI 2013

Um Projeto da:

**Associação Bandeira Azul da Europa**  
secção portuguesa da *Foundation for Environmental Education (FEE)*





**Um Projeto da:**  
**Associação Bandeira Azul da Europa (FEE Portugal)**

**Elaboração:**  
**Margarida Gomes**

**7.ª edição**  
**Março de 2013. Lisboa.**

**Contactos:**  
Associação Bandeira Azul da Europa:  
Telefone: 213942740  
E-mail: [eco21@abae.pt](mailto:eco21@abae.pt)

Coordenadora Nacional ECOXXI: Margarida Gomes  
Telefone: 935373716  
E-mail: [eco21@abae.pt](mailto:eco21@abae.pt)



## **ÍNDICE**

Preâmbulo .....	3
<b>A.O QUE É O ECOXXI .....</b>	<b>5</b>
1. Introdução .....	6
2. Fundamentação.....	7
3. Objetivos do ECOXXI.....	7
4. Como operacionalizar o percurso para a sustentabilidade .....	9
<b>Critérios .....</b>	<b>9</b>
<b>Conteúdos, Temas e sub-temas .....</b>	<b>10</b>
<b>Indicadores e índices.....</b>	<b>10</b>
5. Cálculo do Índice ECOXXI.....	11
6. Descrição dos Indicadores .....	12
7. Comissão Nacional e Júris especializados.....	13
8. Calendarização .....	15
9. Candidatura ao Galardão ECOXXI 2013 .....	15
10. ECO XXI em números.....	16
10. 1 Resultados do ECO XXI 2012.....	17
<b>B. INDICADORES ECOXXI 2013 .....</b>	<b>18</b>
Promoção da Educação Ambiental / EDS por iniciativa do município .....	19
Educação Ambiental- Programas FEE: Eco-Escolas+JRA.....	21
Implementação do Programa Bandeira Azul.....	22
Participação Pública e Agenda 21 Local .....	23
Informação disponível aos munícipes .....	25
Emprego .....	27
Certificação de Sistemas de Gestão .....	29
Áreas Classificadas (âmbito Conservação da Natureza).....	30
Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade). Conhecer, Educar e Divulgar .....	31
Ordenamento do Território e Ambiente Urbano .....	34
Qualidade do Ar e Informação ao Público.....	37
Qualidade da Água para Consumo Humano .....	38
População servida por Sistemas de Abastecimento de Água e por Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais .....	39
Resíduos urbanos gerados, recolhidos seletivamente e tratados.....	40
Valorização do papel da energia na gestão municipal .....	41
Mobilidade Sustentável.....	43
Qualidade do Ambiente Sonoro.....	45
Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável.....	46
Turismo Sustentável.....	48
<b>C. SIGLAS UTILIZADAS (gerais) .....</b>	<b>50</b>



## **Preâmbulo**

*“Desenvolvimento sustentável: Desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. O nosso Futuro Comum, Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, 1987*

*“A sustentabilidade não será alcançada por acaso ou num processo ad-hoc. Requer um planeamento com esses objetivos explícitos e a sua incorporação em todas as políticas e práticas locais”  
2.º Compromisso da Carta de Alborg, 1994*

*“As questões ambientais são melhor tratadas com a participação, a nível apropriado, de todos os cidadãos implicados”.  
Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, junho de 1992)*

*“A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito da sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais.”  
Cap. I - Preâmbulo. Agenda21. (Rio de Janeiro, junho de 1992)*

*“Décima Linha de Orientação: Desenvolver a educação, a sensibilização, a informação, a participação, o acesso à justiça e a responsabilização em matéria de desenvolvimento sustentável.  
Décima Primeira Linha de Orientação: Avaliação e análise – monitorização sistemática do progresso por recurso a indicadores.”  
Grandes Linhas de Orientação - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS). 1992. Instituto do Ambiente*

*“Reafirmamos o nosso apoio aos princípios do desenvolvimento sustentável, enunciados na Agenda 21, que foram acordados na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento”.  
Declaração do Milénio das Nações Unidas - Cimeira do Milénio, Nova Iorque, setembro de 2000*

*“Cada cidadão toma diariamente decisões que, direta ou indiretamente, influem no ambiente. Informações de melhor qualidade e facilmente acessíveis sobre o ambiente e sobre questões práticas contribuirão para formar opiniões que, por sua vez, orientarão as decisões.”  
6º Programa de Ação da Comunidade Europeia em matéria de ambiente (2001-2010)*

*Mesmo sem disso nos apercebermos, novas competências estão a emergir, as quais estão associadas à procura de novos valores, que constituem ruturas com hábitos e consensos anteriores.  
(...) O século XX colocou o mundo a ferro e fogo, devido ao choque de utopias que se transformaram em pesadelos. Os cidadãos compreendem hoje que a grande tarefa da política não é a de procurar um ideológico fim da história, mas o de assegurar a sua continuidade indefinida, em condições de dignidade para os vindouros.  
Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável – ENDS. 2005-2015. 2004. Portal do Governo on-line*



*A nossa visão para o futuro da Europa é uma região que adote os valores comuns da solidariedade, igualdade e respeito mútuo entre os povos, os países e as gerações. Será uma região caracterizada pelo desenvolvimento sustentável, contemplando a vitalidade económica, a justiça, a coesão social, a proteção do ambiente e a gestão sustentável dos recursos naturais, de forma a corresponder às necessidades de gerações futuras proverem às suas próprias necessidades (...).*

*A Educação para o Desenvolvimento Sustentável pode contribuir para que a nossa visão se torne realidade. Ela desenvolve e reforça a capacidade dos indivíduos, dos grupos, das comunidades, das organizações e dos países para formar juízos de valor e fazer escolhas no sentido do desenvolvimento sustentável. Pode ainda favorecer uma mudança de mentalidades (...), favorecer a reflexão crítica, uma maior consciencialização e uma autonomia acrescida, permitindo a exploração de novos horizontes e conceitos e o desenvolvimento de novos métodos e instrumentos.*

*Estratégia da CEE/ONU para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. 2005. Tradução e Edição: Instituto do Ambiente*

*“Retomar uma trajetória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social”.*

*ENDS 2015 –Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS ), agosto de 2007*



## **A.O QUE É O ECOXXI**



## 1. Introdução

Desde a sua fundação (1990) que a secção portuguesa da FEE Internacional - Associação da Bandeira Azul da Europa (ABAE), tem vindo a desenvolver, em Portugal, Campanhas, Projetos e Programas<sup>(1)</sup> vocacionados para a mudança de comportamentos, através da sensibilização e educação ambiental, dirigidos a diversos públicos-alvo. Assim, é natural surgir agora um Projeto que procura integrar a experiência já existente, seguindo a metodologia geral de outros Programas operados pela ABAE, de onde se destaca a importância e capacidade de envolvimento dos parceiros e o princípio do reconhecimento de “boas práticas”.

Considera-se que, para caminhar no sentido de um desenvolvimento mais sustentável, é indispensável trabalhar de uma forma consistente na mudança de atitudes e comportamentos. Neste contexto, os municípios deverão equacionar uma crescente preocupação com a sensibilização e educação das suas populações.

Com a implementação do Projeto ECOXXI, a FEE Portugal/ABAE pretende por um lado, reconhecer o esforço desenvolvido na implementação de medidas no sentido da sustentabilidade, com especial ênfase na Educação e, simultaneamente, contribuir para a aferição de indicadores de desenvolvimento sustentável ao nível do município. Sublinhe-se que o objetivo fundamental não é o estabelecimento de um conjunto fechado e definitivo de parâmetros, indicadores e índices de sustentabilidade, mas antes a constituição de uma plataforma estruturada para o debate deste tipo de ferramenta metodológica.

Ao integrar aperfeiçoamentos provenientes de diferentes setores, a versão de 2013 do ECOXXI, constitui já uma evolução do lançamento do projeto no “ano zero” 2005. A primeira versão assimilou entretanto um conjunto diversificado de contributos, quer dos técnicos dos municípios envolvidos nos diversos fóruns de debate, quer dos elementos que compõe a Comissão Nacional.

Daqui resultou, fruto de consensos, a nova versão do ECOXXI, que agora vos apresentamos.

O sucesso da sua implementação passará sempre pelo envolvimento efetivo de todos os parceiros, com especial ênfase nos municípios, destinatários últimos do Projeto.

---

<sup>1</sup> Campanha Bandeira Azul, Projeto Jovens Repórteres para o Ambiente, Programa Eco-Escolas.



## 2. Fundamentação

Historicamente, podemos considerar a Conferência de Estocolmo em 1972 como um dos primeiros marcos do debate internacional em matéria de desenvolvimento sustentável. No entanto, é a partir de 1992, data de realização da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), que ficou conhecida como ECO92 ou Rio92, que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser amplamente difundido.

Na Conferência do Rio, nasce também a Agenda 21 que propõe os conceitos operacionais para a aplicação de uma política de desenvolvimento sustentável, referenciando a construção de Planos de Ação a serem implementados a nível global, nacional e local, pelas organizações do Sistema das Nações Unidas, Governos e Autoridades Locais, bem como pelos cidadãos, em todas as áreas onde a atividade humana provoca impactes ambientais. Desde então, diversos países passaram a considerar o desenvolvimento sustentável como componente da sua estratégia política conjugando ambiente, economia e aspetos sociais. O Rio +20 previsto para 2012, será certamente uma oportunidade de reavaliar os consensus então estabelecidos

Em 1993, a Comissão Europeia iniciou a primeira fase do Projeto das Cidades Sustentáveis. A Carta de Aalborg (1994), impulsionou, por seu lado, as autoridades locais a aderirem àquele projeto e proporcionou, igualmente, um guia sobre o processo da Agenda Local 21. A implementação dos princípios gerais da Carta de Aalborg foi discutida em Lisboa, em 1996, dando origem ao documento complementar intitulado "Da Carta à ação".

Em setembro de 2002, em Joanesburgo, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável reafirmou, claramente, a necessidade da plena implementação da Agenda 21, do Programa para Implementações Futuras e do Compromisso com os Princípios do Rio. Decidiu-se então que, em consonância com os Objetivos do Milénio, seria declarada a década 2005-2014 como "A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável".

A **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS)** tem como objetivo global integrar os valores inerentes ao Desenvolvimento Sustentável nas diferentes formas de aprendizagem, com vista a fomentar as transformações necessárias para atingir uma sociedade mais sustentável e justa para todos.

Baseia-se na visão de um mundo no qual todos tenham a oportunidade de aceder a uma educação e adquirir valores que fomentem práticas sociais, económicas e políticas que contribuam para uma transformação positiva da sociedade. Este quadro orientador de valores só faz sentido se se conseguir concretizar num conjunto de Ações, que visem redirecionar o atual caminho de insustentabilidade em que se conduz o desenvolvimento na maior parte das sociedades.

Neste contexto, torna-se fundamental a elaboração de estratégias, a todos os níveis, que contribuam para reforçar as capacidades em matéria de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

## 3. Objetivos do ECOXXI

Sendo a sua nomenclatura e o seu conteúdo inspirados nos princípios subjacentes à Agenda 21, o Projeto **ECOXXI** procura **reconhecer as boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas ao nível do município.**

O **ECOXXI 2013** pretende desta forma valorizar um conjunto de **aspetos considerados fundamentais à construção do Desenvolvimento Sustentável**, alicerçados em **dois pilares:**

- a educação no sentido da sustentabilidade;
- a qualidade ambiental.





A existência deste projeto visa ainda o **desenvolvimento de uma ação pedagógica** junto dos municípios, considerados como agentes privilegiados de promoção do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o **ECOXXI** tem como objetivos:

- Motivar os municípios para a importância do seu papel como parceiros e como agentes do processo de educação ambiental /para o desenvolvimento sustentável formal e não formal;
- Envolver os municípios no apoio à implementação de programas de Educação Ambiental/para o Desenvolvimento Sustentável;
- Sensibilizar os municípios para a importância da parceria com os projetos escolares no âmbito da implementação da Agenda 21 Local;
- Sensibilizar os municípios para uma maior integração das preocupações ambientais nas políticas municipais;
- Reconhecer as iniciativas/políticas em desenvolvimento no concelho, em prol do ambiente/desenvolvimento sustentável;
- Contribuir para o aparecimento das Agendas 21 Locais e para o envolvimento de diversas entidades na elaboração e implementação da Agenda 21 e no cumprimento dos seus objetivos
- Contribuir para a elaboração de indicadores de sustentabilidade local.



#### **4. Como operacionalizar o percurso para a sustentabilidade**

Uma ferramenta fundamental para a aplicação dos “pilares” do desenvolvimento sustentável traduz-se na criação de objetivos e indicadores que possam aferir progressos e estabelecer metas a atingir.

Ao longo do tempo, a utilização de indicadores, especialmente no seio das ciências sociais, mantém aceso o debate acerca das fórmulas ideais capazes de resumir a informação de carácter técnico e científico. Cumulativamente, a procura de metodologias eficazes de utilização dos indicadores disponíveis (ou a criar) para aferir o desenvolvimento sustentável, não se encontra ainda padronizada.

No entanto, existe consenso acerca da necessidade de aplicação de metodologias capazes de sintetizar a informação, para que esta possa servir de suporte às ações de decisores, gestores, políticos, grupos de interesse ou público em geral.

Para isso, as metodologias utilizadas devem preocupar-se com a preservação do essencial dos dados originais e a seleção das variáveis que melhor servem os objetivos e não todas as que podem ser medidas ou analisadas. Ou seja, consoante as necessidades são desenvolvidos modelos aplicáveis a situações concretas.

Na seleção de indicadores existiram duas preocupações:

- a de construir indicadores que contribuam para aferir as dinâmicas relativas à **Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável**;

- a de integrar indicadores de carácter sócio-cultural, económico-institucional e ambiental, tendo como referência as **múltiplas dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável**;

Outra das preocupações, consistiu na identificação de objetivos-alvo. Só desta forma é possível medir do progresso, o planear o ritmo da mudança e manter o entusiasmo. Assim, o estabelecimento de metas a atingir pelo município, para os indicadores que integram o Projeto **ECOXXI**, pretende avaliar quer o desempenho, quer o caminho a percorrer no trabalho de construção da sustentabilidade. As metas estabelecidas basearam-se, de uma forma geral, na legislação nacional e comunitária, ou na existência de convenções e protocolos internacionais, objeto de ratificação pelo Estado Português.

Por fim, a pontuação resultante da avaliação, atribuída a cada indicador, procura refletir o peso absoluto e relativo das componentes consideradas, visando a obtenção de um índice sintético e de fácil interpretação que se pode traduzir numa percentagem.

#### **Critérios**

Os indicadores de desenvolvimento sustentável são não só necessários, como imprescindíveis para fundamentar as tomadas de decisão no todo complexo de áreas e níveis em que nos envolvemos.

Em variados setores têm vindo a surgir, ações, projetos e programas com vista à definição de indicadores de desenvolvimento sustentável para um diversificado leque de finalidades de gestão, nomeadamente a nível do desenvolvimento local, regional e nacional.

Dada a abrangência e complexidade do conceito de desenvolvimento sustentável e a importância da eficiência e eficácia da aplicação de um sistema de indicadores, foi necessário identificar os **temas** considerados como **pilares fundamentais**, para posteriormente selecionar de forma realística e exequível a informação passível de ser aferida nos diversos municípios do país.



Assim, constituíram **critérios de seleção**: a objetividade, a exequibilidade e fiabilidade do indicador; a existência de dados-base; a possibilidade de intercalibração; a possibilidade de comparação com critérios legais ou outros padrões/metax existentes a nível nacional e europeu; a facilidade e rapidez de determinação e interpretação; o grau de importância e validação científica; o custo de implementação; a possibilidade de o indicador ser rapidamente atualizado.

A escala de análise - neste caso o concelho -, bem como o objetivo de do reconhecimento de boas práticas, que se pretende com este projeto, constituíram outros condicionantes à seleção e elaboração dos indicadores.

## **Conteúdos, Temas e sub-temas**

Relativamente ao conteúdo, amplitude e natureza do sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável consideram-se fundamentalmente quatro categorias distintas: ambientais; económicos; sociais; institucionais.

Os sub-temas selecionados foram: Educação Ambiental/ para o Desenvolvimento Sustentável; Sociedade Civil; Instituições; Conservação da Natureza; Ar; Água; Energia; Resíduos; Mobilidade; Ruído; Agricultura; Turismo; Ordenamento do Território.

De sublinhar que a Educação Ambiental/EDS, por ser considerado o pilar estruturante do **ECOXXI** aparece de forma explícita nos indicadores 1 e 2 e, de forma implícita, na maior parte dos outros indicadores que operacionalizam os diversos sub-temas.

## **Indicadores e índices**

*indicador – corresponde a um conjunto de parâmetros selecionados e considerados isoladamente ou combinados entre si (normalmente são utilizados com pré-tratamento);*

*subindicador - desagregação dos temas de cada indicador;*

*índice - corresponde a um nível superior de agregação, onde, após aplicado um método de agregação aos indicadores e/ou aos subíndices, é obtido um valor final.*

*Qualquer indicador ou índice tem por finalidade a simplificação de fenómenos complexos de modo a melhorar a comunicação. Porém, é preciso ter presente, que na escolha de um indicador e/ou elaboração de um índice, aquilo que se conquista em simplicidade e eficácia, perde-se no detalhe da informação.*

Segundo o modelo de classificação da OCDE (1993), poderemos considerar **três conjuntos chave de referência** de indicadores ambientais - Pressão-Estado-Resposta (PER):

- **Pressão** - caracterizam as pressões sobre os sistemas ambientais e podem ser traduzidos por indicadores de emissão de contaminantes, eficiência tecnológica, intervenção no território e de impacte ambiental;
- **Estado** - refletem a qualidade do ambiente num dado horizonte espaço/tempo; são, por exemplo, os indicadores de sensibilidade, risco e qualidade ambientais;
- **Resposta** - avaliam as respostas da sociedade às alterações e preocupações ambientais, bem como à adesão a programas e/ou à implementação de medidas em prol do ambiente; podem ser incluídos neste grupo os indicadores de adesão social, de sensibilização e de atividades de grupos sociais importantes.

Na elaboração e seleção dos indicadores utilizados no **ECOXXI** foram contempladas as várias categorias da classificação PER, com predomínio dos indicadores de resposta, dado se tratar de um projeto que visa



fundamentalmente incentivar e reconhecer ações conducentes a prevenir, corrigir ou minimizar os impactos negativos de um “desenvolvimento menos sustentável”.

Dado que a maioria dos 21 indicadores **ECOXXI** são constituídos pela agregação de um conjunto de informações em torno de um tema-chave, podemos considerar que, em última análise, estamos a lidar com um conjunto de índices que visam a caracterização dos diversos sub-temas identificados.

Neste contexto, a construção final de um “índice **ECOXXI**” que sintetiza o diagnóstico dos diversos aspetos analisados, visa principalmente estabelecer a relação entre os valores reais e os valores considerados como desejáveis e exequíveis num contexto de desenvolvimento sustentável.

## 5. Cálculo do Índice ECOXXI

No que diz respeito à composição do índice **ECOXXI** *podemos distinguir duas situações:*

Quanto à <b>obrigatoriedade</b> de cumprimento	- <b>Indicadores Primários (IP)</b> – indicadores que deverão ser obrigatoriamente cumpridos, constituindo a sua pontuação um <b>critério imperativo</b> . - <b>Indicadores Complementares (IC)</b> – são os indicadores em que é aconselhado o seu cumprimento, constituindo caminhos alternativos à composição do índice ECOXXI.
Quanto à <b>possibilidade</b> de cumprimento	- <b>Indicadores Universais (IU)</b> - indicadores em que qualquer município tem possibilidade de pontuar. - <b>Indicadores Não Universais (INU)</b> – indicadores cujo cumprimento não é exigível em alguns municípios (ex. Bandeira Azul em zonas balneares costeiras em municípios sem litoral).

- A cada indicador corresponde uma dada **pontuação**.

- Existe ainda um sistema de **Bónus** em alguns indicadores que corresponde à valorização de subindicadores considerados suplementares e/ou ponderação relativa à dimensão do município.

- A **Pontuação Total** é obtida após avaliação do júri especializado para cada indicador seguindo os critérios estabelecidos. O método de cálculo da **Pontuação Total (PT)** é aritmético e aditivo.

- A **Pontuação Máxima Possível (PMP)** corresponde á pontuação em todos os indicadores aplicáveis no município: Indicadores Universais + Indicadores Não Universais.

O seu valor base é de 100, ao qual é subtraído os valor subindicadores não aplicáveis.

- O **Índice ECOXXI** é um valor percentual que correspondente à percentagem obtida face à PMP

$$\text{Índice ECOXXI} = \text{PT}/\text{PMP} \times 100$$

*Ex. 1: Município que pode pontuar em todos os indicadores (Universais e Não Universais):*

$$\text{PMP}=100 \text{ pontos; Índice ECOXXI} = \text{PT} \times 100$$

*Ex. 2: Município que não pode cumprir dois Indicadores Não Universais:*

$$\text{PMP} = 94 \text{ pontos; Índice ECOXXI} = \text{PT}/94 \times 100$$



## 6. Descrição dos Indicadores

Código	Setor	Nome	Fonte(s)	Tipo de indicador			Pontuação Máxima
				PER	IP/IC	IU/INU	Possível
1	Ed. Ambiental/EDS;	Promoção da Educação Ambiental /EDS por iniciativa do município	Município; APA; MEC; INTEC; CNE	R	IP	IU	10,0
2	Ed. Ambiental/EDS;	Educação Ambiental - Programas FEE: Eco-Escolas+JRA	ABAE	R	IP	IU	4,5 (+1,0)
3	Ed. Ambiental/EDS; Ambiente Marinho e Costeiro	Implementação do Programa Bandeira Azul	ABAE	R	IC	INU	2,0 (+0,2)
4	Instituições	Participação Pública e Agenda 21 Local	Município; CCDRs; DRRF Açores; DROTA; ICS; APA	R	IC	IU	6,5 (+0,9)
5	Instituições	Informação disponível aos munícipes	Município; ICS; Internet	R	IC	IU	4,5 (+0,5)
6	Instituições	Emprego	Município;	R	IC	IU	3,0
7	Instituições	Cooperação com a Sociedade Civil	Município; APA; ICS; Organizações	R	IC	IU	2,5 (+0,6)
8	Instituições	Certificação de Sistemas de Gestão	Município; IPQ	R	IC	IU	2,0
9	Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Áreas Classificadas (âmbito Conservação da Natureza)	Município; ICNF; INE; DRRF Açores e DRFCN	R	IC	IU/INU	0 (+3,0)
10	Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade). Conhecer, Educar e Divulgar	Município; ICNF; INE; DRRF Açores; DRFCN; Ciência Viva; Universidades; Unidades de Investigação; Laboratórios do Estado	R	IC	IU	5,0 (+2,0)
11	Conservação da Natureza; Floresta	Gestão e Conservação da Floresta	Município; ICNF; DRRF Açores; DROTA	R	IC	IU	3,0
12	Ordenamento do Território;	Ordenamento do Território e Ambiente Urbano	Município; CCDRs; DGT; DROTA; ICS; INE; DRRF Açores; Universidades	E/P/R	IC	IU	13,0 (+ 1,0)
13	Ar	Qualidade do Ar e Informação ao Público	Município; APA; CCDRs; DRRF Açores, DROTA	E	IC	IU	3,0
14	Água	Qualidade da Água para Consumo Humano	Município; ERSAR	E	IP	IU	3,0
15	Água	População Servida por Sistemas de Abastecimento de Água e População servida por Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	Município; APA; INE	E	IC	IU	7,0 (+1,0)
16	Resíduos	Resíduos urbanos gerados, recolhidos seletivamente e tratados	Município; APA; CCDRs; INE; ERSAR; SPV	P	IP	IU	7,0
17	Energia	Valorização do Papel da Energia na Gestão Municipal	Município; DGEG; ADENE; Agência Municipal ou Regional de Energia; ERSE; EDP; GALP; MEI; RNAE	E	IC	IU	7,0 (+1,0)
18	Transportes;	Mobilidade Sustentável	Município; FCSH-UNL (IDE); IMTT	R	IC	IU	7,0 (+0,3)
19	Ruído	Qualidade do Ambiente Sonoro	Município; APA; CCDRs; DRRF Açores; DROTA	R	IC	IU/INU	3,0
20	Agricultura	Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável	Município; DGADR; INE; GPP	E/P	IC	INU	3,5 (+0,5)
21	Turismo	Turismo Sustentável	Município; TP; INE; PPART	E, R	IC	IU/INU	3,5 (+1,0)

**NOTAS: 1- A data de referência** dos dados de cada indicador será a do **ano anterior ao da candidatura**. Casos excecionais referentes aos últimos dados disponíveis ou outra situação, serão referidos na descrição do indicador: últimos dados disponíveis (para os indicadores onde é impossível obter dados do ano anterior); - dados relativos ao próprio ano de candidatura (em situações muito específicas).

### 2- Pontuação Máxima Possível

a) Exemplo em municípios onde não são aplicáveis todos os INU dos Indicadores Não Universais = **91 pontos**

b) Exemplo em municípios onde são considerados todos os Indicadores Não Universais = **100 pontos**

**3- Bónus (valor em itálico)** - corresponde à valorização e/ou ponderação de subindicadores. Total de bónus: 10,5 pontos

**4-Siglas nos indicadores:** P - Pressão; E - Estado; R - Resposta; IP - Indicadores Primários (imperativos); IC - Indicadores Complementares; IU - Indicadores Universais; INU - Indicadores Não Universais



## 7. Comissão Nacional e Júris especializados

A Constituição de uma Comissão Nacional tem sido fundamental no desenvolvimento deste projeto, por permitir o debate interdisciplinar dos objetivos e metodologias subjacentes. Não teria sido possível à ABAE/FEE P o lançamento do **ECOXXI** sem o envolvimento e a participação ativa de um conjunto de pessoas e instituições que garantem a exequibilidade do projeto. Desta Comissão emergem por outro lado os júris especializados para reflexão, análise e avaliação de cada um dos indicadores.

Fazem atualmente parte da Comissão Nacional deste projeto as seguintes entidades:

Agência Portuguesa do Ambiente (APA)  
Agência para a Energia (ADENE)  
Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE/FEE)  
Associação das Agências de Energia e Ambiente – Rede Nacional (RNAE)  
Conselho Nacional de Educação (CNE)  
Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR): Norte; Centro; LVT; Alentejo; Algarve  
Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS)  
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE)  
Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)  
Direção Geral de Educação - Ministério da Educação e Ciência (DGE-MEC)  
Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)  
Direção Geral do Território (DGT)  
Direção Regional dos Recursos Florestais dos Açores (DRRF)  
D.I.S mais, Instituto de Desenvolvimento e Inovação Social  
Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente da Madeira (DROTA)  
Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza da Madeira (DRFCN)  
Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)  
ESSENTIA, desenvolvimento e gestão de projetos  
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)  
Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres (IMTT)  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT)  
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)  
Instituto de Tecnologia Comportamental (INTEC)  
Instituto Nacional de Estatística (INE)  
Instituto Português da Qualidade (IPQ)  
Museu Nacional de História Natural e Ciência (MNHNC)  
Sociedade Ponto Verde (SPV)  
Transitec Portugal Engenheiros - Consultores, Lda  
Turismo de Portugal, IP (TP)  
Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitetura (FA-UTL)  
Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT-UNL)  
Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH-UNL) - Instituto de Dinâmica e Espaço (IDE)  
Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL)



N.º Ind.	Indicador	Júri especializado – Instituições envolvidas -
1	Promoção da Educação Ambiental /EDS por iniciativa do município	APA, DGE/MEC, INTEC, ABAE, CNE
2	Educação Ambiental - Programas FEE: Eco-Escolas+JRA	ABAE
3	Implementação do Programa Bandeira Azul	ABAE
4	Participação Pública e Agenda 21 Local	CCDRs, DRRF Açores, DROTA, ICS, CNADS, APA
5	Informação disponível aos munícipes	ICS, CNADS, APA
6	Emprego	D.I.S. mais, ICS
7	Cooperação com a Sociedade Civil	ICS, CNADS, APA
8	Certificação de Sistemas de Gestão	IPQ
9	Áreas Classificadas (Âmbito Conservação da Natureza)	ABAE
10	Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade). Conhecer, Educar e Divulgar	DRRF Açores, DRFCN, MNHNC, IICT
11	Gestão e Conservação da Floresta	ICNF
12	Ordenamento do Território e ambiente urbano	CCDRN, CCDR-LVT, CCDR-Alg, DGT, DROTA, ESHTe, FCT-UNL, IGOT, INE, DRRF Açores
13	Qualidade do Ar e Informação ao Público	APA, CCDRs, DRRF Açores, DROTA
14	Qualidade da Água para Consumo Humano	ERSAR
15	População Servida por Sistemas de Abastecimento de Água e por Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	APA
16	Resíduos urbanos gerados, recolhidos seletivamente e tratados	APA, SPV
17	Valorização do Papel da Eficiência Energética na Gestão Municipal	DGEG, ADENE, Agência Municipal ou Regional de Energia, RNAE
18	Mobilidade Sustentável	FCSH-UNL (IDE), FA-UTL, IMTT, Transitec
19	Qualidade do Ambiente Sonoro	APA, CCDRs, DRRF Açores, DROTA
20	Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável	DGADR
21	Turismo Sustentável	TP, ESSENTIA



## 8. Calendarização

Calendário do ECOXXI 2013

Data	Ação
30 Novembro de 2012	Entrega do Galardão ECOXXI 2012
Dezembro de 2012 a Março de 2013	Reuniões Comissão Nacional e Preparação de plataforma <i>on-line</i> para as candidaturas 2013
5 de Abril de 2013	Divulgação, abertura das candidaturas 2013
5 de Julho de 2013	Data Limite para Submissão da Candidatura ao ECOXXI 2013
3 de Maio de 2013	Ação de Formação ECOXXI 2013
Julho e Agosto de 2013	Avaliação das Candidaturas ECOXXI 2013 pelos júris especializados
Setembro de 2013	Esclarecimento de dúvidas sobre as candidaturas e divulgação dos resultados ECOXXI 2013
Setembro de 2013	Cerimónia de Divulgação dos Resultados e Entrega dos Galardões ECOXXI 2013
Outubro a Dezembro de 2013	Preparação do Projeto 2014

## 9. Candidatura ao Galardão ECOXXI 2013

Ser município **ECOXXI** significa assumir o **compromisso** de adotar **medidas conducentes à sustentabilidade**, com especial empenho na promoção desta **educação junto dos seus munícipes**.

A participação no **ECOXXI** é **voluntária**, cabendo a cada município a decisão da apresentação da sua candidatura.

Os municípios deverão candidatar-se através da preparação de um **dossier de candidatura** em **formato digital**. Toda a informação relativa à candidatura deverá ser introduzida na Plataforma ECOXXI em <http://abae.pt/ECOXXI/>

Os documentos solicitados ou considerados relevantes, relativamente aos indicadores onde pretende pontuar deverão ser preferencialmente também carregados na plataforma.

Para se poder candidatar ao **Projeto ECOXXI 2013** o município deverá **satisfazer as seguintes condições**:

- 1 - Cumprir os **critérios imperativos do Índice ECOXXI** pontuando nos **Indicadores Primários**;
- 2 - Apresentar a informação solicitada em cada indicador onde pretende pontuar;
- 3 - Realizar no ato de candidatura, o pagamento do (\*) referente ao serviço de **candidatura ECOXXI 2013**;
- 4 - Entregar a candidatura **dentro do prazo estabelecido (até 5 de Julho de 2013)**.

Os resultados obtidos na candidatura anual serão sublinhados através da atribuição de:

a) **um diploma**, que atesta o compromisso assumido pelo município no percurso para a sustentabilidade. Considera-se que o ato de avançar com uma candidatura que obriga à recolha e sistematização de um importante conjunto de informações é por si só um sinal de empenho em atingir os objetivos do projeto. Por esta razão o diploma de participação será entregue a **todos os municípios** envolvidos, salvo casos excecionais devidamente justificados pela Comissão Nacional.

b) **uma medalha**, que simboliza a existência de medidas significativas:

Esta medalha será entregue a todos os municípios com valores **superiores a 40%** do índice ECOXXI.

c) **uma bandeira**, no caso dos municípios que atinjam um índice igual ou **superior a 50%** do índice **ECOXXI**. Note-se que a bandeira foi considerada pela Comissão Nacional como indicativa da existência de um percurso consistente no sentido da sustentabilidade.

d) existem ainda anulamente prémios de são atribuídos e/ ou sorteados entre os municípios participantes.



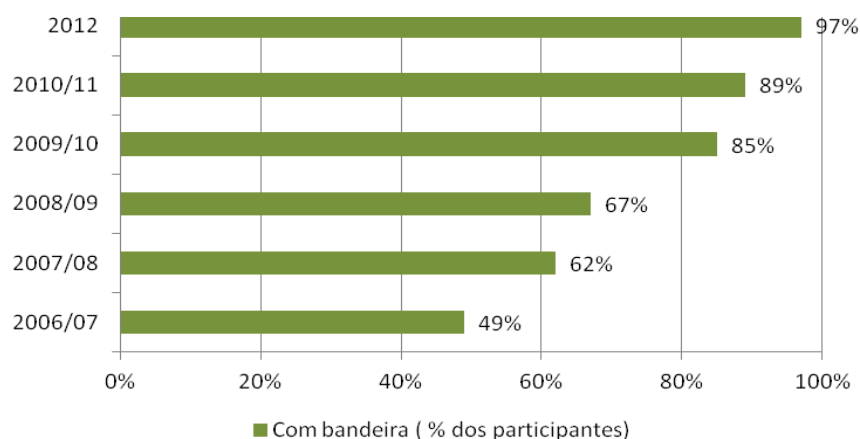


A existência de uma galardão diferenciado visa reconhecer diferentes graus de envolvimento e/ou de performance, bem como estimular a existência de melhorias contínuas.

Anos de candidatura	Municípios Participantes		Com bandeira (n.º e % dos participantes)	
	N.º	% nacional	N.º	% dos participantes
2005/06	38	12%	Ano experimental; sem bandeiras	
2006/07	41	13%	20	49%
2007/08	37	12%	23	62%
2008/09	43	14%	29	67%
2009/10	39	13%	33	85%
2010/11	35	11%	31	89%
2012	29	9%	28	97%

## 10. ECOXXI em números

Apresentam-se neste ponto alguns dados relativos à implementação recente do Projeto ECOXXI.

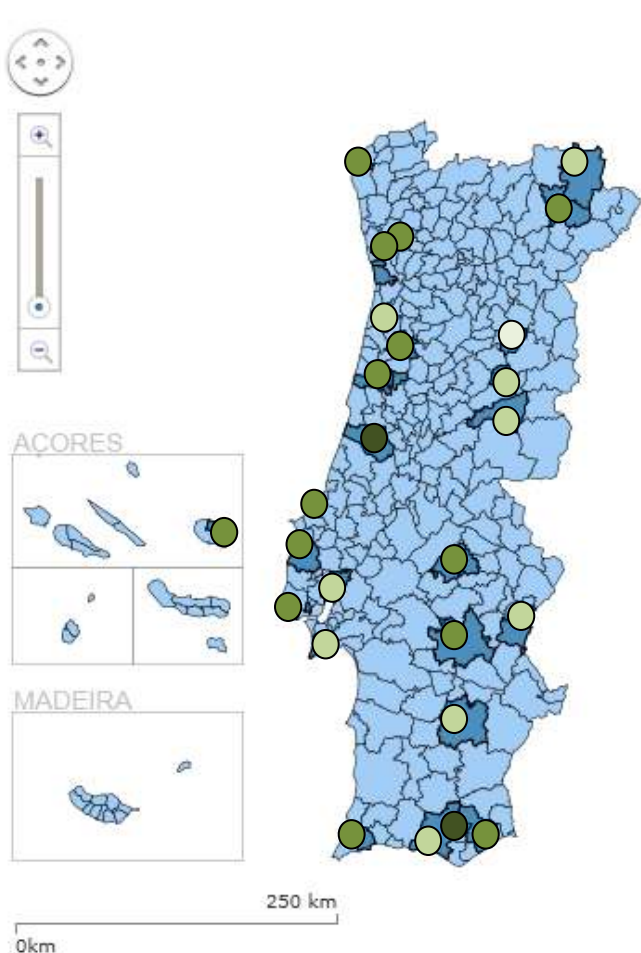


Participaram até ao momento no ECOXXI **65 municípios**: Abrantes, Águeda, Albufeira, Alcobaça, Amadora, Angra do Heroísmo, Aveiro, Avis, Azambuja, Beja, Bragança, Cabaceiras de Basto, Caldas da Rainha, Caminha, Cantanhede, Cascais, Castro Daire, Celorico da Beira, Coimbra, Estarreja, Évora, Faro, Felgueiras, Ferreira do Alentejo, Fundão, Gavião, Golegã, Lagos, Lisboa, Loulé, Loures, Lousã, Macedo de Cavaleiros, Maia, Manteigas, Matosinhos, Mealhada, Miranda do Corvo, Oeiras, Olhão, Peniche, Pombal, Ponta Delgada, Portalegre, Portimão, Porto, Porto Santo, Póvoa de Varzim, Praia da Vitória, Santo Tirso, São Brás de Alportel, São Vicente, Sesimbra, Setúbal, Sever do Vouga, Tarouca, Tavira, Torres Novas, Torres Vedras, Trofa, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Paiva e Vila Verde.

Em 2005, ano experimental, participaram ainda mais 13 municípios: Almada, Entroncamento, Esposende, Figueira de Castelo Rodrigo, Ílhavo, Ovar, Paredes, Porto Moniz, Santarém, São João da Madeira, Sintra, Viana do Castelo e Vila do Bispo.

## 10. 1 Resultados do ECOXXI 2012

Na edição de 2012, candidataram-se ao ECOXXI 29 municípios (cerca de 93% são municípios reincidentes) e foram atribuídas 28 bandeiras verdes, sendo que 17% dos municípios candidatos obtiveram neste ano pontuação igual ou superior a 70%.



Município	IND ECOXXI
Celorico da Beira	<40%
Praia da Vitória	≥50% - < 55%
Alandroal	
Estarreja	
Vila Franca de Xira	
Amadora	
Fundão	
Sesimbra	≥55% - < 60%
Beja	
Bragança	
Albufeira	
Manteigas	≥60% - < 70%
Avis	
Tavira	
Évora	
Caminha	
Santo Tirso	
Porto	
Torres Vedras	
Mealhada	
Cantanhede	
Lagos	
Maia	
Macedo de Cavaleiros	
Cascais	≥70%
Pombal	
Águeda	
Vila Nova de Gaia	
Loulé	

- Reconhece-se a Participação no projeto ECOXXI 2012, com um Índice ECOXXI < 40%
- Alcançou os objetivos definidos para o projeto ECOXXI 2012, com um Índice ECOXXI 2012 ≥ 50% e < a 60%.
- Alcançou os objetivos definidos para o projeto ECOXXI 2012, com um Índice ECOXXI 2012 ≥ 60% e < a 70%.
- Alcançou os objetivos definidos para projeto ECOXXI 2012, com um Índice ECOXXI > 70%



**B. INDICADORES ECOXXI 2013**  
**(Fichas-síntese)**



SETOR	Educação Ambiental	Instituições
NOME	Promoção da Educação Ambiental / EDS por iniciativa do município	
TIPO	PER <input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input checked="" type="checkbox"/> Resposta	ECOXXI 2013 <input checked="" type="checkbox"/> primário (IP) <input type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input type="checkbox"/> não universal (INU)

<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> Existência de empenho dos municípios em relação à implementação da Agenda 21 local, nomeadamente no que diz respeito a iniciativas de (in)formação e educação ambiental, traduzida na dinamização de estruturas de educação ambiental e na implementação de Projetos de iniciativa do município.	<b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b> Equipamentos vocacionados para a Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável dinamizados pelo município. Ações Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável dinamizados pelo município.
<b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> Agenda 21: Capítulo 28 - Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21; Capítulo 36 – Fomento da educação, da formação e da consciencialização.	<b>METODOLOGIA</b> O indicador é calculado através da avaliação de um conjunto de subindicadores relativos à promoção da Educação Ambiental/ Educação para o Desenvolvimento Sustentável:  <b>A- Equipamentos de Educação Ambiental</b> N.º de Equipamentos existentes, onde o município tem responsabilidades de dinamização/gestão. Cada equipamento deverá ser descrito relativamente a: A1 - Nome do Equipamento A2 - Tipo de equipamento; A3 - Público-alvo: tipo e dimensão; A4 - N.º de pessoas abrangidas; A5 - Localização/Morada; A6 - Descrição de Plano de atividades A7 - Realização da avaliação dos equipamentos A8 - Recurso a instrumentos de avaliação A9 - Responsáveis pela avaliação A10 - Resultados da avaliação  <b>B- Ações Continuadas/ Projetos de Educação Ambiental</b> N.º de Ações Continuadas/ Projetos promovidas pelo município. Cada atividade deverá ser descrita relativamente a: B1 - Nome do Projeto; B2 - Tipo de Público-alvo; B3 - N.º de pessoas abrangidas; B4 - Objetivos e competências a desenvolver; B5 - Tipo de Atividades; B6 - Parcerias; B7 - Realização da avaliação das ações continuadas/projetos; B8 - Recurso a instrumentos de avaliação; B9 - Responsáveis pela avaliação; B10 - Resultados da avaliação;  <b>C- Atividades de Formação em Educação Ambiental</b> N.º de Atividades de Formação promovidas pelo município. Cada atividade deverá ser descrita relativamente a: C1 - Nome da Atividade/Ação de Formação; C2 - N.º de vezes que foi realizada; C3 - N.º de pessoas abrangidas pela ação; C4 - Objetivos e competências a desenvolver; C5 - Parcerias; C6 - Realização da avaliação das ações de formação; C7 - Recurso a instrumentos de avaliação; C8 - Responsáveis pela avaliação; C9 - Resultados da avaliação;



	<p><b>D- Atividades de Sensibilização para a Educação Ambiental</b></p> <p>N.º de Atividades de Sensibilização promovidas pelo município. Cada atividade deverá ser descrita relativamente a:</p> <p>D1 - Nome da Atividade; D2 - Tipo de Atividade de sensibilização; D3 - Tipo de Público-alvo; D4 - N.º de pessoas abrangidas pela ação; D5 - Objetivos; D6 - Avaliação – Instrumentos e resultados; D7 - Parcerias;</p> <p><b>E- Estratégia de Educação Ambiental</b></p> <p>Existência e descrição da Estratégia de Educação Ambiental desenvolvida pelo município.</p> <p>E1 - Existência de Estratégia de Educação Ambiental; E2 - Descrição dos eixos estratégicos de atuação (e respetivas áreas de atuação); E3 - Objetivos; E4 - Público-alvo; E5 - Tipo de ações/ atividades previstas; E6 - Avaliação.</p> <p><b>FONTE(S)</b> Município; Instituições parceiras; APA; MEC.</p>
<p><b>METAS A ALCANÇAR</b> Dinamização de equipamentos e ações continuadas de educação ambiental/para o desenvolvimento sustentável em cada concelho</p>	<p><b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b></p> <p><b>Subindicador A</b> = 3,0 pontos (correspondente à existência de pelo menos 1 equipamento descrito de forma completa)</p> <p><b>Subindicador B</b> = 3,0 pontos (correspondente à existência de pelo menos 2 projetos descritos de forma completa)</p> <p><b>Subindicador C</b> = 1,5 pontos (correspondente à existência de pelo menos 1 atividade de formação descrita de forma completa)</p> <p><b>Subindicador D</b> = 1,0 ponto (correspondente à existência de pelo menos 4 ações de sensibilização descritas de forma completa).</p> <p><b>Subindicador E</b> = 1,5 pontos (correspondente à existência de uma estratégia de educação ambiental clara e coerente)</p> <p>Nota: existe ponderação das ações solicitadas em função da dimensão do concelho</p> <p style="text-align: right;"><b>Pontuação Máxima = 10 pontos(*)</b></p> <p><b>Indicador Primário (IP) - Critério imperativo:</b> para o município se poder candidatar ao ECOXXI deverá pontuar neste indicador.</p> <p><b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios.</p>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura



<b>SETOR</b>	Educação Ambiental		
<b>NOME</b>	Educação Ambiental - Programas FEE: Eco-Escolas+JRA		
<b>TIPO</b>	PER <input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input checked="" type="checkbox"/> Resposta	<b>ECOXXI 2013</b>	<input checked="" type="checkbox"/> primário (IP) <input type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input type="checkbox"/> não universal (INU)

<p><b>DESCRIÇÃO SÚMÁRIA</b>          O galardão Eco-Escolas atesta a existência na escola de um programa de educação ambiental coerente, seguindo a metodologia e os critérios previstos neste Programa da FEE.</p> <p><b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>          Agenda 21: Capítulo 36 - Fomento da educação, da formação e da consciencialização.          Capítulo 28 - Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21.</p>	<p><b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b>          Número de escolas inscritas e galardoadas no Programa Eco-Escolas.          Número de projetos JRA existentes e concluídos no concelho.</p> <p><b>METODOLOGIA</b>          O indicador é calculado tendo em consideração o número de escolas inscritas e galardoadas no Programa Eco-Escolas e o número de escolas inscritas e com projetos concluídos no projeto Jovens Repórteres para o Ambiente.</p> <p><b>A – Eco-Escolas</b>  <b>A1 – Escolas Inscritas e Galardoadas no Programa EE</b>          Tendo em conta o n.º de escolas básicas e secundárias públicas existentes no concelho em 2012 solicita-se informação relativa a:          A1.1 - N.º de escolas inscritas no Programa EE em 2010/2011          A1.2 - N.º de escolas galardoadas em 2011          A1.3 - N.º de escolas inscritas no Programa EE em 2011/2012          A1.4 - N.º de escolas galardoadas em 2012          A1.5 - % de Eco-Escolas  <b>A2 – Município parceiro</b>          A2.1 - Município parceiro em 2011          A2.2 - Município parceiro em 2012  <b>B – Jovens Repórteres para o Ambiente</b>          Tendo em conta o n.º de escolas secundárias e profissionais no concelho em 2012 solicita-se informação relativa a:          B1 - N.º de escolas inscritas no JRA em 2010/2011          B2 - N.º de projetos JRA inscritos em 2010/2011          B3 - N.º de projetos JRA concluídos em 2010/2011          B4 - N.º de escolas inscritas no JRA em 2011/2012          B5 - N.º de projetos JRA inscritos em 2011/2012          B6 - N.º de projetos JRA concluídos em 2011/2012</p> <p><b>FONTE(S)</b>          ABAE/FEE P; MEC - Rede Escolar; DRRF Açores; DROTA; Município; <i>Internet</i>.</p>
<p><b>METAS A ALCANÇAR</b>          Implementação do Programa Eco-Escolas em todas as escolas de ensino básico do concelho.          Implementação do projeto Jovens Repórteres para o Ambiente na maioria das escolas de ensino secundário e profissional do concelho.</p>	<p><b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b>  <b>Subindicador A = 4,5 pontos</b> (dependendo do valor do índice Eco-Escolas).          Quando índice Eco-Escolas &gt; 95%: + 0,5 pontos de bónus  <b>Subindicador B = 0,5 pontos de bónus</b> (correspondendo à existência de pelo menos um projeto JRA com trabalhos publicados)</p> <p style="text-align: right;"><b>Pontuação Máxima = 4,5 pontos</b>          (*) <b>INDICADOR COM BONUS</b></p> <p><b>Indicador Primário (IP) - Critério imperativo:</b> existir <b>pelo menos 1 inscrição num dos projetos</b> para o município se poder candidatar ao ECOXXI <sup>(1)</sup>  <b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios.</p>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura.

<sup>(1)</sup> Sendo um Indicador Primário é pelo menos necessário que o concelho tenha 1 Eco-Escola inscrita no momento de entrega da candidatura ECOXXI 2013. Para a candidatura ECOXXI 2013 serão consideradas as Eco-Escolas inscritas no ano da candidatura ou no ano anterior (válido o valor mais elevado).



SETOR	Educação Ambiental	Ambiente Marinho e Costeiro
NOME	Implementação do Programa Bandeira Azul	
TIPO	PER <input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input checked="" type="checkbox"/> Resposta	ECOXXI 2013 <input type="checkbox"/> primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input type="checkbox"/> universal (IU) <input checked="" type="checkbox"/> não universal (INU)

<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> O Programa Bandeira Azul é um Programa da FEE, que premeia as zonas balneares, portos e marinas que cumprem os critérios relativos à Qualidade da Água Balnear; Informação e Educação Ambiental; Gestão Ambiental e Equipamentos; Segurança e Serviços.	<b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b> Número de Bandeiras Azuis (BA) Praias Costeiras ou de Transição (PC/PT) no concelho, ou Praias Fluviais (PF) no concelho
<b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> Agenda 21: Capítulo 17 - Proteção dos oceanos e dos mares e zonas costeiras; proteção, utilização e desenvolvimento racional dos recursos vivos marinhos.	<b>METODOLOGIA</b> O indicador é calculado a partir do número de Bandeiras Azuis atribuídas, sendo consideradas: Praias Costeiras ou de Transição, ou Praias Fluviais. <b>A – Praias Costeiras ou de Transição</b> A1 – N.º de Praias Costeiras ou de Transição em 2011 A2 – N.º de Praias Costeiras ou de Transição em 2012 A3 - % de Praias Costeiras ou de Transição com bandeira azul <b>B – Praias Fluviais</b> B1 – N.º de Praias Fluviais em 2011 B2 – N.º de Praias Fluviais em 2012 B3 - % de Praias Fluviais com bandeira azul <b>C – Acessibilidade à Praia e ao Mar</b> C1 - % de praias acessíveis em 2012 C2 – Existência de um serviço em 2012 C3 – Existência de cadeira anfíbia em 2012
<b>METAS A ALCANÇAR</b> Totalidade das zonas designadas como balneares, portos e marinas com Bandeira Azul.	<b>FONTE(S)</b> ABAE/FEE P; APA
	<b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b> <b>Nos municípios com PC ou PT</b> Subindicador <b>A</b> ou <b>A + B = 1,5 pontos</b> <b>Nos municípios com PF</b> Subindicador = <b>1,0 ponto</b> Sub-Indicador <b>C = 0,5 pontos</b> . Existência de cadeira anfíbia = <b>0,2 pontos de bónus</b> <b>Pontuação Máxima = 2,0 pontos (PC ou PT) ou 1,5 pontos (PF)</b> <b>(*) INDICADOR COM BONUS</b>
	<b>Indicador Complementar (IC)</b> – não é imperativo. <b>Indicador Não Universal (INU)</b> – válido apenas para o cálculo da PMP para os municípios que possuem praias. No caso dos municípios não possuírem Praias Costeiras ou de Transição, apenas Praias Fluviais basta que possuam uma Bandeira Azul numa praia fluvial para obterem 1 ponto. Nos municípios onde não existem Praias Costeiras ou de Transição nem Praias Fluviais ou só existam Praias Fluviais serão retirados 1,5 pontos à PMP.

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura.



SETOR	Instituições			
NOME	Participação Pública e Agenda 21 Local			
TIPO	PER	<input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input checked="" type="checkbox"/> Resposta	ECOXXI 2013	<input type="checkbox"/> primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input type="checkbox"/> não universal (INU)

<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> Este indicador permite avaliar o empenho dos municípios em relação à Agenda 21 Local.	<b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b> N.º de ações Representatividade do Grupo de Trabalho da Agenda 21 Local % de evolução da implementação da Agenda 21 Local
<b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> Agenda 21: Capítulo 28 - Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21.	<b>METODOLOGIA</b> O indicador é avaliado através da existência de ações de promoção da divulgação e da participação pública, de processos e iniciativas municipais, e da existência de estruturas de partilha e co-decisão (integração da sociedade civil) na Agenda 21 Local ou projeto similar.  <b>A - Ações de promoção da divulgação e da participação pública (para além das previstas na legislação) (*)</b> A1 – Descrição das ações de divulgação A2 – Descrição das ações de participação pública A3 – Descrição das ações relativas a processos e iniciativas municipais (*)  <b>B - Estruturas de partilha e co-decisão (integração da sociedade civil) na Agenda 21 Local ou projeto similar</b> B1 – Grupo de trabalho/grupo coordenador (*) com iniciativa de sustentabilidade local B1.1. Existência de grupo de trabalho/grupo coordenador B1.2. No grupo de trabalho/grupo coordenador apenas participam órgãos da autarquia B1.3. No grupo de trabalho/grupo coordenador participam órgãos da autarquia e junta de freguesia B1.4. No grupo de trabalho/grupo coordenador participam órgãos da autarquia, junta de freguesia e organizações da sociedade civil B1.5 Indicação das entidades que participam  B2 – Estruturas de partilha e co-decisão e discussão com a sociedade civil B2.1 – Existência de estruturas de partilha e co-decisão B2.2 – Designação das estruturas de partilha e co-decisão B2.3 – Frequência das reuniões  B3 – Envolvimento de organizações da sociedade civil/cidadãos B3.1 - Apenas estão envolvidos alguns parceiros B3.1.1 - Identificação dos parceiros B3.2 – Estão envolvidos associações, empresas, organizações religiosas, ONG, cidadãos B3.2.1 - Identificação dos parceiros B3.3 - Partilha da responsabilidade da gestão da estrutura de co-decisão com a sociedade civil B3.4 – Os resultados do fórum/conselho/comissão vinculam a tomada de decisão da autarquia  <b>C – Fases da Agenda 21 Local – Fases do Projeto (*)</b> C1 – Assinatura da carta/Compromissos de Aalborg C2 – Fase de sensibilização e envolvimento da população C3 – Diagnóstico e preparação do plano de ação C4 – Implementação do plano de ação C5 – Monitorização e avaliação





	C6 - Outra
	<b>FONTE(S)</b> Município; Instituições parceiras; CCDR; DRRF Açores; DROTA; APA
<b>METAS A ALCANÇAR</b> Existência de Agenda 21 Local implementada em todos os municípios.	<b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b> - subindicador <b>A - 1,2 pontos</b> (corresponde à existência de pelo menos 4 ações) - subindicador <b>B - 2,3 pontos</b> (corresponde à existência de um grupo de trabalho/grupo coordenador e de uma estrutura permanente de codificação e discussão com a sociedade civil dinâmica) - subindicador <b>C - 3,0 pontos</b> (corresponde ao desenvolvimento de todas as fases habitualmente percorridas nestes processos de sustentabilidade local) <b>Pontuação Máxima = 6,5 pontos(*)</b> <b>INDICADOR COM BONUS até 0,9 pontos</b>
	<b>Indicador Complementar (IC)</b> – não é imperativo. <b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios.

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura



SETOR	Instituições		
NOME	Informação disponível aos municípios		
TIPO	PER	<input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input checked="" type="checkbox"/> Resposta	ECOXXI 2013 <input type="checkbox"/> primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input type="checkbox"/> não universal (INU)

<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> Quantidade e diversidade de informação fidedigna disponibilizada pelo município em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	<b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b> -N.º e tipo de serviços disponíveis ao cidadão - Forma como estão disponíveis as páginas e de documentos na Internet relativos ao Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
<b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> Agenda 21: Capítulo 40 - Informação para a tomada de decisões.	<b>METODOLOGIA</b> O indicador é avaliado tendo em consideração: a informação disponibilizada pelo município, as temáticas exploradas online e os serviços disponibilizados <i>online</i>  <b>A – Informação disponibilizada pelo município</b> Existência de informação disponível nos serviços, <i>online</i> e de outras formas relativamente a: A1 - Resultados da discussão pública A2 - Dados da monitorização ambiental A3 - Orçamento municipal A4 - Planos de Ordenamento (PDM, PU e PP) A5 - Projetos urbanísticos A6 - Concursos públicos A7 - Tarifários A8 - Editais A9 - Agenda de Sessões de Câmara A10 - Regulamentos municipais A11 - Outra forma  <b>B – Temáticas Exploradas Online</b> Existência e descrição da informação disponibilizada na página da Internet relacionada com ambiente, nomeadamente: B1 – RSU/Política dos 3Rs B2 – Requalificação urbana B3 – Alterações Climáticas B4 – Qualidade do Ar B5 – Agenda 21 Local B6 – Biodiversidade B7 – Água/Recursos Hídricos B8 – Agricultura biológica/agricultura sustentável B9 – Desertificação/Qualidade dos Solos B10 – Floresta B11 – Incêndios B12 – Pobreza/integração social B13 – Mobilidade B14 – Habitação B15 – Saúde B16 – Educação B17 – Energia B1 – Outras  <b>C- Serviços disponibilizados online,</b> Identificação dos serviços que o município disponibiliza <i>online</i> , nomeadamente: C1 - Correio eletrónico para sugestões e reclamações C2 – Descarregar e imprimir formulários



	<p>C3 - Processos de consulta pública C4 - Apoio ao utilizador C5 – Inquérito aos cidadãos C6 - Preenchimento e submissão de formulários C7 – Fóruns de discussão C8 – Plataformas de votação <i>online</i> C9 – Pagamentos <i>online</i> C10 – Submissão eletrónicas de jornais ou notícias selecionadas C11 – Serviço de atendimento permanente C12 – Linha azul ou serviço similar C13 – Provedoria(s) do cidadão C14 – Outra forma.</p>
	<p><b>FONTE(S)</b> Município; <i>Internet</i>; ICS</p>
<p><b>METAS A ALCANÇAR</b> Qualidade e diversidade das formas de informação disponibilizadas aos municípios. Divulgação com caráter regular em todos os municípios, de informação em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável.</p>	<p><b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b> - subindicador <b>A = 1,4 pontos</b> (corresponde à existência de pelo menos 10 matérias disponibilizadas online) - subindicador <b>B = 1,4 pontos</b> (corresponde à existência de pelo menos 10 temáticas distintas) - subindicador <b>C = 1,7 pontos</b> (corresponde à existência de pelo menos 10 serviços disponibilizados)</p>
	<p><b>Pontuação Máxima = 4,5 pontos</b> <b>(*) INDICADOR COM BONUS</b></p>
	<p><b>Indicador Complementar (IC)</b> – não é imperativo. <b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios.</p>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura



COD. 6

<b>SETOR</b>	Instituições						
<b>NOME</b>	Emprego						
<b>TIPO</b>	PER	<input type="checkbox"/> Pressão	<input type="checkbox"/> Estado	<input checked="" type="checkbox"/> Resposta	ECOXXI 2013	<input type="checkbox"/> primário (IP)	<input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC)
						<input checked="" type="checkbox"/> universal (IU)	<input type="checkbox"/> não universal (INU)

<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> Indica o empenho do município (administração local) em matéria de ambiente.	<b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b> Número de funcionários existentes no município Número funcionários na área do ambiente Número de técnicos superiores na área de ambiente Número de assistentes técnicos na área de ambiente Número de assistentes operacionais na área de ambiente
<b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> Agenda 21: Secção III. Fortalecimento do papel dos grupos principais. Capítulo 31 - A comunidade científica e tecnológica.	<b>METODOLOGIA</b> O indicador é avaliado tendo em consideração:  <b>A – Município enquanto entidade empregadora</b> A1 - Existência de Departamento(s), Divisão(ões), Núcleos e Gabinetes com competências nas áreas de: i) Gestão e Educação Ambiental; (ii) Emprego e Apoio ao Empresário A2 – Inserção na orgânica do município do Departamento(s), Divisão(ões), Núcleos e Gabinetes com competências nas áreas de: i) Gestão e Educação Ambiental; (ii) Emprego e Apoio ao Empresário A3 – N.º de funcionários do município na área do ambiente A4 – N.º de técnicos superiores na área de ambiente A5 – N.º de assistentes técnicos na área de ambiente A6 – N.º de assistentes operacionais na área de ambiente A7 – Áreas de atuação dos técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e Empresas Municipais  <b>B – Município enquanto promotor de emprego</b> B1 - Postos de trabalho criados direta ou indiretamente por iniciativa municipal (últimos 3 anos) B2 - Postos de trabalho criados na área do ambiente (últimos 3 anos) B3 – Medidas de apoio à inserção no mercado de trabalho (estágios profissionais, gabinete de inserção profissional, entre outros) B3.1 - Nome das medidas B3.1.1 – Breve descrição das medidas B3.2 – Parcerias locais, públicas, privadas e de apoio ao financiamento B3.2.1 – Nome das parcerias B3.2.2 – Breve descrição das parcerias B3.3 – Divulgação de ofertas de emprego por parte do município B3.3.1 – Meios de divulgação de ofertas de emprego por parte do município B3.3.2 – Breve descrição das formas de divulgação  <b>C – Estratégia Municipal em matéria de emprego (*)</b> C1 – Existência de um Plano Estratégico Global ou Planos Sectoriais que integrem medidas de criação de emprego C2 – Breve descrição do(s) Plano(s) C3 – Anexo do(s) Plano(s)
	<b>FONTE(S)</b> Município, INE
<b>METAS A ALCANÇAR</b> Existência de uma Estratégia Municipal Global em matéria de emprego.	<b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b> - Subindicador A = 1 ponto - Subindicador B = 2 pontos - Subindicador C = Bónus 0,5 pontos  <b>Pontuação Máxima = 3 pontos</b> <b>INDICADOR COM BÓNUS</b>
	<b>Indicador Complementar (IC)</b> – não é imperativo. <b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios.

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura.



<b>SECTOR</b>	<b>Instituições</b>			
<b>NOME</b>	<b>Cooperação com a Sociedade Civil em matéria de Ambiente e Desenvolvimento</b>			
<b>TIPO</b>	<b>PER</b>	<input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input checked="" type="checkbox"/> Resposta	<b>ECOXXI 2013</b>	<input type="checkbox"/> primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input type="checkbox"/> não universal (INU)

<p><b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b>          Cooperação com a Sociedade Civil, nomeadamente com as Organizações Não Governamentais de Ambiente e Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento oficialmente constituídas e ativas.</p>	<p><b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b>          Número e identificação das Organizações Não Governamentais de Ambiente e Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento desenvolvendo no concelho projetos em parceria com o município.          Número de projectos desenvolvidos por essas Organizações em parceria com o município.</p>
<p><b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>          Agenda 21: Capítulo 27 - Fortalecimento do papel das organizações não governamentais: associação em busca de um desenvolvimento sustentável.</p>	<p><b>METODOLOGIA</b>          O indicador é calculado através da listagem das:          - Organizações Não Governamentais de Ambiente registadas na APA          - Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento          São consideradas as Organizações de:          - Carácter Local          - Carácter Regional          - Carácter Nacional ou Internacional, desde que desenvolvam projetos em parceria com o município.          Deve ser feita uma breve descrição dos projetos desenvolvidos em parceria com essas organizações, sendo consideradas:  <b>A – As ONGA – Organizações não Governamentais de Ambiente ou equiparadas e Equiparadas inscritas no Registo Nacional das ONGAs da APA</b>  <b>B – As ONGD – Organizações não Governamentais de Desenvolvimento registadas no IPAD (*)</b>  <b>C – Outras organizações de carácter sócio-cultural</b>  <b>D – Comissões Municipais</b></p>
<p><b>METAS A ALCANÇAR</b>          Dinamização da sociedade civil através de existência de ONGA e ONGD de carácter regional.</p>	<p><b>FONTE(S)</b>          Município; Organizações da Sociedade Civil; APA;</p>
	<p><b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b>          - subindicador <b>A + B = 1,6 pontos</b>          - subindicadores <b>C = 0,4 pontos</b>          - subindicadores <b>D = 0,5 pontos</b></p> <p style="text-align: right;"><b>Pontuação Máxima = 2,5 pontos(*)</b>  <b>INDICADOR COM BONUS</b></p>
	<p><b>Indicador Complementar (IC)</b> – não é imperativo.  <b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios.</p>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura

COD. 8

<b>SETOR</b>	Instituições								
<b>NOME</b>	Certificação de Sistemas de Gestão								
<b>TIPO</b>	PER	<input type="checkbox"/> Pressão	<input type="checkbox"/> Estado	<input checked="" type="checkbox"/> Resposta	ECOXXI 2013	<input type="checkbox"/> primário (IP)	<input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC)	<input checked="" type="checkbox"/> universal (IU)	<input type="checkbox"/> não universal (INU)

<p><b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b></p> <p>A implementação de Sistemas de Gestão Ambiental permite avaliar a preocupação com a qualidade do ambiente. O EMAS da União Europeia é um instrumento de gestão para empresas e outras organizações que avalia, relata e melhora a sua <i>performance</i> ambiental. Desde 2001 o EMAS foi alargado a todos os setores económicos incluindo os serviços públicos e privados. Consolidou-se pela integração da ISO 14001 como sistema de gestão ambiental requerido pelo EMAS.</p> <p>A “família” <b>ISO 14000</b> preocupa-se fundamentalmente com a gestão ambiental. A “família” <b>ISO 9000</b> preocupa-se fundamentalmente com a gestão da qualidade.</p> <p>A <b>OHSAS 18001/NP 4397</b> dedica-se aos sistemas de gestão da segurança e saúde do trabalho. Os objetivos relativos à responsabilidade social podem ser prosseguidos com recurso à SA 8000 ou à NP 4469-1. Estabelecer uma política energética ou uma política de investigação, desenvolvimento e inovação, já permitem a certificação. Os referenciais normativos que proporcionam a certificação são os seguintes: sistemas de gestão da qualidade (NP EN ISO 9001:2008), sistemas de gestão ambiental (NP EN ISO 14001:2004), sistemas de segurança e saúde do trabalho (OHSAS 18001/NP 4397:2008), sistemas de gestão da responsabilidade social (SA 8000/NP 4469-1), sistemas de gestão de energia (EN ISO 50001:2011) e sistemas de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação (NP 4457:2007).</p>	<p><b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b></p> <p>Número de Serviços Municipais certificados de acordo com a NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2004, OHSAS 18001/NP 4397:2008, SA8000, NP 4469-1:2008, EN ISO 50001:2011, NP 4457:2007.</p> <p>O registo no EMAS e o reconhecimento no âmbito dos níveis de Excelência da EFQM são também considerados.</p> <p>Número de Juntas de Freguesia, Empresas Municipais ou Multimunicipais e Empresas Fornecedoras de bens e serviços ao Município certificadas de acordo com a NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2004, OHSAS 18001/NP 4397:2008, SA8000, NP 4469-1:2008, EN ISO 50001:2011, NP 4457:2007.</p> <p>O registo no EMAS e o reconhecimento no âmbito dos níveis de Excelência da EFQM são também considerados.</p> <p><b>METODOLOGIA</b></p> <p>São consideradas as certificações: ISO 9001; ISO 14001; OHSAS; 18001/ NP 4397; EMAS; SA8000; NP 4469-1:2008; EN ISO 50001:2011; NP 4457:2007; Níveis de Excelência EFQM; O indicador é calculado através da existência de certificações atribuídas:</p> <p><b>A - Certificação ao Município ou seus Serviços</b></p> <p>A1. N.º de certificações ao município ou serviços</p> <p>A2. Tipo de certificação ao município ou serviços</p> <p><b>B – Certificações às Juntas de Freguesia que integram o município e/ou Empresas Municipais e Multimunicipais</b></p> <p>B1. N.º de juntas de freguesia e/ou empresas municipais e multimunicipais certificadas</p> <p>B2. Tipos de certificação</p> <p><b>C – Certificações às Empresas Fornecedores de Bens e/ou Serviços</b></p> <p>C1 – N.º total de empresas fornecedoras de bens e/ou fornecedoras</p> <p>C2 – N.º empresas fornecedoras de bens e/ou serviços certificadas</p>
<p><b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b></p> <p>Agenda 21: Capítulo 30 – Reforço da participação dos agentes económicos com vista ao desenvolvimento sustentável.</p>	<p><b>FONTE(S)</b></p> <p>Município; IPQ</p> <p><b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b></p> <p>- subindicador <b>A = 1,50 pontos</b> (dependendo do número de serviços e tipo de certificações).</p> <p>- subindicador <b>B = 0,25 pontos</b> (dependendo do número de juntas de freguesia e/ou empresas municipais e multimunicipais e tipo de certificações).</p> <p>- subindicador <b>C = 0,25 pontos</b> (dependendo da % de empresas fornecedoras de bens e/ou serviços certificadas).</p>
<p><b>METAS A ALCANÇAR</b></p> <p>Implementação e certificação de sistemas de gestão com vista à Qualidade Total em todas as pequenas, médias e grandes empresas e instituições.</p>	<p style="text-align: right;"><b>Pontuação Máxima = 2 pontos</b></p> <p><b>Indicador Complementar (IC)</b> – não é imperativo.</p> <p><b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios.</p>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura



<b>SETOR</b>	Conservação da Natureza			
<b>NOME</b>	Áreas Classificadas (âmbito Conservação da Natureza)			
<b>TIPO</b>	<b>PER</b>	<input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input checked="" type="checkbox"/> Resposta	<b>ECOXXI 2013</b>	<input type="checkbox"/> Primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input type="checkbox"/> universal (IU) <input checked="" type="checkbox"/> não universal (INU)

<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> Número e superfície ocupada de Áreas Classificadas no âmbito da Conservação da Natureza. Inclui Áreas Protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas e áreas da Rede Natura 2000 (sítios da lista nacional de Sítios, Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial – ZPE).	<b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b> Presença de áreas classificadas; % da superfície do município com estatuto de Área Protegida.
<b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> Agenda 21: Capítulo 15 - Conservação da Natureza e diversidade biológica.	<b>METODOLOGIA</b> São inventariadas as seguintes áreas classificadas no município, no âmbito da Conservação da Natureza e pertencentes à: - Rede Nacional de Áreas Protegidas (DL n.º 19/93 de 23 de janeiro) de âmbito: local ou regional (Paisagem Protegida); e de âmbito nacional (Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural e Monumento Natural); - Sítios Classificados (DL n.º 613/76, de 27 de julho); - Rede Natura 2000.  <b>A - Rede Nacional de Áreas Protegidas – Âmbito Local ou Regional</b> A1 – Existência de uma proposta de estatuto de classificação de áreas, da iniciativa municipal. A2 – Indicação da região ou elementos notáveis.  <b>B - Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e Sítios Classificados (SC) (*)</b> B1 – Existência de Área(s) Protegida(s) pertencente(s) à RNAP ou SC. B2 – Superfície total das RNAP e SC B3 - % da área do concelho com estatuto de área classificada incluída na RNAP ou SC. B4 – Nome das Áreas Protegidas da RNAP e SC  <b>C – Rede Natura 2000 (aplicável aos municípios de Portugal Continental e Ilhas)</b> C1 – Existência de áreas classificadas da Rede Natura 2000. C2 – Nome das áreas classificadas da Rede Natura 2000.  <b>D - Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores (RRAPA) ou da Madeira (RRAPM)</b> D1 – Existência de Área(s) Protegida(s) pertencente(s) à RRAPA/RRAPM D2 - % da área do concelho com o estatuto de área classificada incluída na RRAPA/RRAPM
	<b>FONTE(S)</b> Município; ICNF; DRRF Açores e DROTA; INE.
<b>METAS A ALCANÇAR</b> A Convenção da Diversidade Biológica estabelece a meta de designar um sistema de Redes Ecológicas de Áreas Protegidas à escala global até 2010.	<b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b> - subindicador <b>A = 1 ponto</b> - subindicador <b>B ou D = 1 ponto</b> - subindicador <b>C = 1 ponto</b>
	<b>INDICADOR COM BÓNUS DE 3 PONTOS (*)</b>
	<b>Indicador Complementar (IC) – não é imperativo.</b> <b>O indicador tem componentes Não Universais.</b>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura



SETOR	Conservação da Natureza		
NOME	Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade). Conhecer, Educar e Divulgar		
TIPO	PER	<input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input checked="" type="checkbox"/> Resposta	ECOXXI 2013 <input type="checkbox"/> Primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input type="checkbox"/> não universal (INU)

<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> Este indicador tem como objetivo a avaliação dos parâmetros relacionados com a conservação dos recursos naturais.	<b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b> Número de ações relacionadas com a conservação da natureza, o conhecimento. A educação em biodiversidade, o usufruto do ambiente natural. A promoção de projetos no âmbito da conservação da natureza e a divulgação.
<b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> Agenda 21: Capítulo 15 - Conservação da Natureza e diversidade biológica.	<b>METODOLOGIA</b> O indicador é calculado através da avaliação dos subindicadores A, B e C.  <b>A – Conservação da Natureza – Ações e Projetos</b> Identificação e descrição das ações/projetos, indicando: A1 – Nome da Ação/Projeto A2 – Investimento/custo A3 – Início e fim da implementação da ação/projeto A4 – Temas em que se insere A5 – Descrição sumária da ação/projeto A6 – Metodologia adotada A7 - Público-alvo A8 - N.º de pessoas envolvidas A9 - Existência de parcerias A10 - Identificação das entidades envolvidas nas parcerias A11 - Impacto da ação/projeto A12 – Informação e/ou promoção disponível no site da Câmara Municipal A13 – Informação e/ou promoção disponível noutras fontes de informação A14 – Realização da monitorização da ação/projeto A14.1 – Metodologia utilizada A14.2 – Responsáveis envolvidos A14.3 – Periodicidade A14.4 – Resultados obtidos  <b>B – Formação/Educação</b> B1 - Informação sobre Centros de Interpretação existentes no município sobre conservação da natureza, biodiversidade e geodiversidade, nomeadamente: B1.1 – Existência do Centro de Interpretação B1.2 – Nome do Centro de Interpretação B1.3 – Morada do Centro de Interpretação B1.4 – Tipo de atividades desenvolvidas B1.5 – Público-alvo B1.6 – Descrição Sumária das Ações B1.7 - Objetivos B1.8 - Formas de monitorização/avaliação B1.9 – Periodicidade  B2 – Informação relativa às ações nas escolas, nomeadamente: B2.1 – N.º de ações das escolas B2.2 – Tipo de ações B2.3 – Objetivo das ações B2.4 – Metodologia das ações





	<p>B2.5 – Público-alvo B2.6 – % população abrangida pelas ações B2.6 – Metodologia das ações B2.7 – Existência e instrumentos de avaliação das ações desenvolvidas B2.8 – Instrumentos de avaliação utilizados B2.9 – Responsáveis envolvidos B2.10 – Periodicidade B2.11 – Resultados obtidos</p> <p><b>C – Promoção e Divulgação do Ambiente Natural</b> C1 – Parques Nacionais/Naturais e Reservas Naturais C1.1 – Nome dos Parques e Reservas Municipais C1.2 – Área dos Parques e Reservas Municipais C1.3 - Localização dos Parques e Reservas Municipais C1.4 – Existência de Parques e Reservas Municipais com floresta autóctone C1.5 – identificação das espécies existentes C1.6 - Formas de gestão dos Parques e Reservas Municipais</p> <p>C2 - Espaços Verdes Municipais C2.1 – Nome dos espaços verdes C2.2 – Área dos espaços verdes C2.3 – Localização dos espaços verdes C2.4 – Existência de espécies notáveis C2.5 – Nome das espécies notáveis C2.6 – Formas de gestão dos espaços verdes C2.7 – Descrição do tipo de atividade de divulgação</p> <p>C3 - Sítios de Interesse Municipal C3.1 – Existência de sítios de interesse municipal C3.2 – Localização e Descrição dos sítios de interesse municipal</p> <p>C4 - Percursos Pedestres C4.1 – Existência de uma rede de percursos pedestres C4.2 – extensão dos percursos pedestres C4.3 - Breve descrição dos percursos</p> <p>C5 - Material informativo C5.1 – Descrição do material informativo em suporte de papel, digital ou outro formato C5.2 – Material informático em suporte de papel C5.3 – Material informático em suporte digital C5.4 – Material informático noutra formato C5.4.1 – Quais</p>
	<p><b>FONTE(S)</b> Município; ICNF; DRRF Açores e DROTA; INE; Ciência Viva; Universidades; Unidades de Investigação financiadas pela FCT; Laboratórios do Estado.</p>
<p><b>METAS A ALCANÇAR</b> Pretende-se com este indicador estimular os municípios a implementarem ações que visem a conservação da natureza. A Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, fornece um quadro de referência para este indicador. A nível municipal pretende-se uma maior eficácia na gestão das políticas de ambiente e desenvolvimento sustentável e no aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos em sintonia com a conservação da natureza.</p>	<p><b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b> - subindicador <b>A = 2 pontos</b> - subindicador <b>B = 1 pontos</b> - subindicador <b>C = 2 pontos</b></p> <p style="text-align: right;"><b>Pontuação Máxima = 5 pontos</b> <b>(*) INDICADOR COM BONUS</b></p> <p><b>Indicador Complementar (IC)</b> – não é imperativo. <b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios.</p>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura



SECTOR	Conservação da Natureza; Floresta		
NOME	Gestão e Conservação da Floresta		
TIPO	PER	<input type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input checked="" type="checkbox"/> Resposta	ECOXXI 2013 <input type="checkbox"/> primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input type="checkbox"/> não universal (INU)

AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Agenda 21: Capítulo 15 – Conservação da natureza e diversidade biológica.	<b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b> - Investimento total anual em ações de fomento, gestão, beneficiação, proteção, informação e sensibilização florestal (€). - Espaços florestais do município (ha). - Disponibilização <i>online</i> de informação florestal. - Edição de materiais de informação e sensibilização florestal. - Ações de educação, sensibilização e formação florestal. - Promoção de reuniões e parcerias com OPF's e outras entidades para a melhoria da gestão, ordenamento e defesa da floresta. - Outras iniciativas promovidas ou em que o município participou relativas à floresta. - Área de espaços florestais percorridos por incêndios (ha).
	<b>METODOLOGIA</b> O indicador é avaliado através dos seguintes subindicadores: <b>A – Investimento na floresta</b> A1 - Investimento total anual em ações de apoio à floresta (€). A2 – Descrição das ações e respetivo investimento.  <b>B – Ações de apoio à gestão e proteção florestal</b> B1 - Disponibilização <i>online</i> de informação sobre a floresta, legislação florestal, boas práticas de gestão e medidas de fomento, apoio e financiamento ao sector. B2 - Edição de materiais de informação e sensibilização florestal. B3 - Promoção de ações de educação, sensibilização e formação sobre a floresta para o público generalista incluindo a população escolar. B4 - Promoção de reuniões e parcerias com produtores florestais e outras entidades. B5 - Outras iniciativas promovidas ou em que o município participou relativas à melhoria do ordenamento, gestão e defesa dos espaços florestais.  <b>C - Áreas percorridas por incêndios florestais</b> C1 – % dos espaços florestais do município percorridos por Incêndios
METAS A ALCANÇAR Pretende-se incrementar a gestão sustentável dos espaços florestais e a sua proteção e conservação, bem como a informação e sensibilização dos cidadãos para o seu grande valor ambiental, social e económico.	<b>FONTE (S)</b> Municípios; ICNF; DRRF Açores e DROTA
	<b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b> Subindicador <b>A = 2 pontos</b> Subindicador <b>B = 1 ponto</b> Subindicador <b>C = de 0 a -1 ponto</b> <b>Pontuação Máxima = 3 pontos(*)</b> Indicador Complementar (IC) – não é imperativo. Indicador Universal (INU) – válido para todos os municípios

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura



<b>SETOR</b>	<b>Ordenamento do Território</b>				
<b>NOME</b>	<b>Ordenamento do Território e Ambiente Urbano</b>				
<b>TIPO</b>	<b>PER</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Pressão	<input checked="" type="checkbox"/> Estado	<input checked="" type="checkbox"/> Resposta	<b>ECOXXI 2013</b>
					<input type="checkbox"/> Primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input checked="" type="checkbox"/> não universal (INU)

<p><b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b>          Este indicador pretende avaliar algumas das características da qualidade de vida das populações relacionadas com o ordenamento do território, bem como algumas medidas de intervenção do município nesta matéria.</p>	<p><b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- População residente no município;</li> <li>- População residente em núcleos urbanos;</li> <li>- Área total abrangida pelos Perímetros Urbanos (PDM em vigor);</li> <li>- Área da Estrutura Verde Urbana Principal (m<sup>2</sup>);</li> <li>- Área da Estrutura Verde Urbana Secundária (m<sup>2</sup>);</li> <li>- Área dos espaços verdes públicos, por tipologia (três últimos anos);</li> <li>- Espaço urbanizável (ha) do município no PDM em vigor, ocupado e a ocupar (2012)</li> <li>- N.º total de fogos construídos no município no período de vigência do PDM;</li> <li>- N.º de novos fogos construídos dentro dos perímetros urbanos no período de vigência do PDM;</li> <li>- N.º de novos fogos construídos fora dos perímetros urbanos no período de vigência do PDM;</li> <li>- Área do edificado em 2012 (ha)</li> <li>- N.º de licenças concedidas (edifícios) pela CM para construção e reconstrução (três últimos anos);</li> <li>- Total de Obras Concluídas (edifícios e reconstruções);</li> <li>- Número de ações de requalificação, remodelação ou recuperação de edifícios públicos</li> <li>- Ações de intervenção de renovação, reabilitação ou requalificação urbana em espaço urbano, implementados (três últimos anos);</li> <li>- N.º de PU em vigor e implementados</li> <li>- N.º de PP em vigor e implementados</li> <li>- Área abrangida por PU e PP em vigor e implementados (%);</li> <li>- Área total da RAN e REN no município (ha);</li> <li>- Área de RAN desafetada excluída, por efeito de PMOT (ha);</li> <li>- Área da REN excluída, por efeito de PMOT e RIP (m<sup>2</sup>);</li> </ul>
<p><b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>          Agenda 21: Capítulo.5 - Dinâmica demográfica e sustentabilidade</p>	<p><b>METODOLOGIA</b></p> <p><b>A. Espaços Verdes Urbanos</b></p> <p><b>A1. Estrutura Verde Principal e Secundária</b></p> <p>A1.1 Existência de Estrutura Verde Principal (EVP)</p> <p>A1.2 Área total de EVP (m<sup>2</sup>);</p> <p>A1.3 Justifique os valores da Estrutura Verde Principal</p> <p>A1.4 Existência de Estrutura Verde Secundária (EVS)</p> <p>A1.5 Área total de EVS (m<sup>2</sup>);</p> <p>A1.6 Justifique os valores da Estrutura Verde Secundária</p> <p style="text-align: center;"><b>ou</b></p> <p><b>A2. Espaço Verde Público</b></p> <p>A2.1 Existência de espaço verde público nos centros urbanos com mais de 2000 habitantes e sedes do concelho</p> <p>A2.2 Área total do espaço verde público (m<sup>2</sup>)</p> <p><b>A3. Novos espaços verdes públicos</b></p> <p>A3.1 Área dos novos espaços verdes públicos criados nos últimos 3 anos no município (m<sup>2</sup>)</p> <p>A3.2 Tipologia dos novos espaços verdes públicos criados nos últimos 3 anos no município</p> <p><b>A4. Outros</b></p> <p>A4.1 Existência de espaço rural significativo</p> <p>A4.2 Mapa com localização de: (i) todos os espaços verdes públicos; (ii) novos espaços verdes públicos criados nos últimos três anos; (iii) espaços verdes contínuos</p> <p><b>B. Consolidação do Espaço Urbano</b></p> <p>B1 Execução do espaço urbanizável</p>



	<p>B1.1 N.º de Perímetros Urbanos B1.2 Nome dos Perímetros Urbanos B1.3 Espaço urbanizável constante no PDM (ha) B1.4 Espaço urbanizável constante no PDM já ocupado (edificado) (ha) B1.5 Espaço urbanizável constante no PDM por ocupar (ha) B1.6 Área do edificado (ha) B1.7 Tem informação para distinguir a localização da construção dentro e fora do perímetro urbano</p> <p>B2. Fogos Construídos B2.1 Fogos construídos dentro dos perímetros urbanos B2.2 Fogos construídos fora dos perímetros urbanos B2.3 Fogos construídos fora dos perímetros urbanos por tipo de usos</p> <p><b>C. Renovação e Reabilitação Urbana</b> C1. Recuperação do edificado existente (em perspetiva) C1.1 Total de edifícios licenciados pela Câmara Municipal para o tipo de obra designado por reconstrução nos últimos três anos C1.2 Total de edifícios licenciados pela Câmara Municipal nos últimos três anos C1.3 Taxa de recuperação do edificado existente nos últimos três anos</p> <p>C2. Recuperação do edificado existente (concretizado) C2.1 Total de edifícios concluídos nos últimos três anos C2.2 Total de reconstruções concluídas nos últimos três anos</p> <p>C3. Ações de requalificação, remodelação ou recuperação de edifícios públicos (desenvolvidos pelas Câmaras Municipais ou Administração Central) C3.1 N.º de ações nos últimos três anos C3.2 Descrição das ações/projetos</p> <p>C4. Ações de intervenção de restauro, renovação, reabilitação ou requalificação urbana C4.1 Área abrangida pelas ações de intervenção nos últimos 3 anos C4.2 Anexar regulamento (ou memória descritiva) e planta síntese da área de intervenção</p> <p><b>D. Planeamento</b> D1 Planos de Urbanização e de Planos de Pormenor D1.1 N.º de Planos de Urbanização (PU) e de Planos de Pormenor (PP) em vigor D1.2 Área abrangida por PU e PP (%) D1.3 N.º de PU e PP implementados D1.4 Área abrangida por PU e PP implementados (%)</p> <p>D2 – Reserva Agrícola Nacional D2.1 - Área de RAN desafetada excluída da RAN por efeito de PMOT nos últimos três anos (ha)</p> <p>D3 – Reserva Ecológica Nacional D3.1 - Área excluída da REN nos últimos 3 anos, por efeito de PMOT mais RIP (m<sup>2</sup>)</p> <p>D4 – Outros D4.1 Estado Atual do PDM em 2012 D4.1.1 N.º de anos em que o PDM se encontra em vigor D4.2 Existência de indicadores de monitorização do PDM D4.2.1 Identificação dos indicadores de monitorização do PDM</p>
<b>METAS A ALCANÇAR</b> Não existem metas estabelecidas, sendo desejável a melhoria gradual da qualidade de vida das populações e o equilíbrio paisagístico.	<b>FONTE(S)</b> Município; INE; DGT; CCDR; ICS; Universidades; DRRF Açores, DROTA
	<b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b> Subindicador <b>A = 3,0 pontos</b> Subindicador <b>B = 3,5 pontos</b> Subindicador <b>C = 3,5 pontos</b> Subindicador <b>D = 3,0 pontos</b>
	<b>Pontuação Máxima = 13 pontos</b> <b>(*) INDICADOR COM BONUS</b>
	<b>Indicador Complementar (IC)</b> – não é imperativo. <b>O indicador tem componentes Universais e Não Universais.</b>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura





SETOR	Ar								
NOME	Qualidade do Ar e Informação ao Público								
TIPO	PER	<input type="checkbox"/> Pressão	<input checked="" type="checkbox"/> Estado	<input checked="" type="checkbox"/> Resposta	ECOXXI 2013	<input type="checkbox"/> primário (IP)	<input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC)	<input checked="" type="checkbox"/> universal (IU)	<input type="checkbox"/> não universal (INU)

<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> Este indicador pretende avaliar o desempenho do município em termos de avaliação e gestão da qualidade do ar, nomeadamente no que se refere a iniciativas voluntárias para a caracterização deste descritor e sua melhoria, bem como a formas de sensibilização e divulgação de informação sobre esta matéria.	<b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b> As unidades de medida serão: - N.º de iniciativas para avaliação da qualidade do ar realizadas (ex. campanhas, caracterização e identificação das emissões locais inventários de emissões, ...). - N.º de medidas implementadas para a preservação e melhoria da qualidade do ar. - N.º de ações relativas de sensibilização e divulgação de informação sobre qualidade do ar. - Possíveis efeitos de alguns poluentes na saúde e ações preventivas. - Medidas para a redução das emissões ou exposição às mesmas.
<b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> Agenda 21: Capítulo 9 - Proteção da atmosfera. Capítulo 6 – Proteção e promoção da saúde humana.	<b>METODOLOGIA</b> O indicador é calculado através da avaliação de um conjunto de subindicadores relativos à existência e descrição de iniciativas para a avaliação e melhoria da qualidade do ar, a ações de in(forma)ção e divulgação realizadas pelo município relativamente à qualidade do ar: <b>A – Iniciativas para avaliação da qualidade do ar ao nível do município.</b> A1 – Existência e descrição das iniciativas  <b>B – Implementação de medidas ao nível local conducentes a uma preservação e melhoria da qualidade do ar.</b> B1 – Existência e descrição das medidas implementadas  <b>C – Formas de informação ao público sobre qualidade do ar da iniciativa do município.</b> C1 – Existência e descrição das formas de informação
<b>METAS A ALCANÇAR</b> Pretende-se estimular os municípios no sentido de se empenharem na implementação de medidas de âmbito local que possam contribuir para a preservação e melhoria da qualidade do ar e divulgação de informação sobre esta temática ao público.	<b>FONTE (S)</b> Município; APA; CCDRs; DRRF; Açores; DROTA <b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b> Subindicador <b>A + B = 2 pontos</b> Subindicador <b>C = 1 ponto</b>  <b>Pontuação Máxima = 3 pontos</b>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura



SECTOR	Água								
NOME	Qualidade da Água para Consumo Humano								
TIPO	PER	<input type="checkbox"/> Pressão	<input checked="" type="checkbox"/> Estado	<input type="checkbox"/> Resposta	ECOXXI 2013	<input checked="" type="checkbox"/> primário (IP)	<input type="checkbox"/> complementar (IC)	<input checked="" type="checkbox"/> universal (IU)	<input type="checkbox"/> não universal (INU)

<p><b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> As normas estipuladas estão contempladas na legislação nacional e comunitária. A verificação de conformidade da qualidade da água para consumo humano define-se como a aplicação de um conjunto de regras que permitem avaliar se a qualidade da água, determinada com base na frequência mínima de amostragem estipulada para cada grupo de parâmetros e definida no Anexo III do DL 306/07, cumpre a norma ou o padrão de qualidade referente ao uso para consumo humano, estabelecidos no Anexo I do mesmo decreto-lei.</p> <p><b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> Agenda 21: Capítulo 18 - Proteção da qualidade e do abastecimento de água doce: aplicação de abordagens integradas para o desenvolvimento, gestão e utilização dos recursos aquáticos.</p>	<p><b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b> nº de habitantes (população média) % de análises em falta % de violações aos Valores Paramétricos (VP)</p> <p><b>METODOLOGIA</b> O índice de qualidade da água (IQ) é composto por dois subíndices (<b>I1</b> e <b>I2</b>):</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;"><b>I1</b> – corresponde à % de análises realizadas:</td> <td><math display="block">\left(1 - \frac{n^\circ \text{ análises em falta}}{n^\circ \text{ análises regulamentares}}\right) \times 100</math></td> </tr> </table> <p><b>I2</b> – reflete o grau de incumprimento das análises em relação aos valores paramétricos e é o resultado da combinação de 3 fatores F1, F2 e F3:</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;"><b>F1</b> mede o âmbito dos incumprimentos:</td> <td><math display="block">F_1 = \left(\frac{n^\circ \text{ de parâmetros com incumprimentos}}{n^\circ \text{ total de parâmetros}}\right) \times 100</math></td> </tr> <tr> <td><b>F2</b> mede a frequência com que esses incumprimentos ocorrem:</td> <td><math display="block">F_2 = \left(\frac{n^\circ \text{ de testes em incumprimento}}{n^\circ \text{ total de testes}}\right) \times 100</math> (1 teste corresponde à análise de 1 parâmetro)</td> </tr> <tr> <td><b>F3</b> mede a dimensão dos incumprimentos em relação ao VP:</td> <td><math display="block">F_3 = f \left( \frac{\sum_{i=1}^n ext_i}{n^\circ \text{ total testes}} \right); ext = \left( \frac{\text{Valor da violação}_i}{\text{Valor paramétrico}_i} \right) - 1</math> (função assintótica que varia entre 0 e 100)</td> </tr> <tr> <td><b>Cálculo de I2:</b></td> <td><math display="block">I_2 = 100 - \left( \frac{\sqrt{F_1^2 + F_2^2 + F_3^2}}{1.732} \right)</math></td> </tr> </table> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td><b>Cálculo de IQ:</b></td> <td><math display="block">IQ = \left( \frac{I1 + I2}{2} \right)</math></td> </tr> </table> <p><b>FONTE(S)</b> ERSAR.</p>	<b>I1</b> – corresponde à % de análises realizadas:	$\left(1 - \frac{n^\circ \text{ análises em falta}}{n^\circ \text{ análises regulamentares}}\right) \times 100$	<b>F1</b> mede o âmbito dos incumprimentos:	$F_1 = \left(\frac{n^\circ \text{ de parâmetros com incumprimentos}}{n^\circ \text{ total de parâmetros}}\right) \times 100$	<b>F2</b> mede a frequência com que esses incumprimentos ocorrem:	$F_2 = \left(\frac{n^\circ \text{ de testes em incumprimento}}{n^\circ \text{ total de testes}}\right) \times 100$ (1 teste corresponde à análise de 1 parâmetro)	<b>F3</b> mede a dimensão dos incumprimentos em relação ao VP:	$F_3 = f \left( \frac{\sum_{i=1}^n ext_i}{n^\circ \text{ total testes}} \right); ext = \left( \frac{\text{Valor da violação}_i}{\text{Valor paramétrico}_i} \right) - 1$ (função assintótica que varia entre 0 e 100)	<b>Cálculo de I2:</b>	$I_2 = 100 - \left( \frac{\sqrt{F_1^2 + F_2^2 + F_3^2}}{1.732} \right)$	<b>Cálculo de IQ:</b>	$IQ = \left( \frac{I1 + I2}{2} \right)$
<b>I1</b> – corresponde à % de análises realizadas:	$\left(1 - \frac{n^\circ \text{ análises em falta}}{n^\circ \text{ análises regulamentares}}\right) \times 100$												
<b>F1</b> mede o âmbito dos incumprimentos:	$F_1 = \left(\frac{n^\circ \text{ de parâmetros com incumprimentos}}{n^\circ \text{ total de parâmetros}}\right) \times 100$												
<b>F2</b> mede a frequência com que esses incumprimentos ocorrem:	$F_2 = \left(\frac{n^\circ \text{ de testes em incumprimento}}{n^\circ \text{ total de testes}}\right) \times 100$ (1 teste corresponde à análise de 1 parâmetro)												
<b>F3</b> mede a dimensão dos incumprimentos em relação ao VP:	$F_3 = f \left( \frac{\sum_{i=1}^n ext_i}{n^\circ \text{ total testes}} \right); ext = \left( \frac{\text{Valor da violação}_i}{\text{Valor paramétrico}_i} \right) - 1$ (função assintótica que varia entre 0 e 100)												
<b>Cálculo de I2:</b>	$I_2 = 100 - \left( \frac{\sqrt{F_1^2 + F_2^2 + F_3^2}}{1.732} \right)$												
<b>Cálculo de IQ:</b>	$IQ = \left( \frac{I1 + I2}{2} \right)$												
<p><b>METAS A ALCANÇAR</b> As metas a atingir são: - a ausência de violações aos valores paramétricos estabelecidos na lei. - a ausência de violações à frequência de medição estabelecida na lei.</p>	<p><b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b></p> <p>IQ &lt; 75% = <b>1 ponto</b> 75% ≤ IQ &lt; 90% = <b>1 a 2 pontos</b> IQ ≥ 90% = <b>2 a 3 pontos</b></p> <p style="text-align: right;"><b>Pontuação Máxima = 3 pontos</b></p> <p><b>Indicador Primário - Critério imperativo:</b> para o município se poder candidatar ao ECOXXI deverá pontuar neste indicador. <b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios.</p>												

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura



<b>SETOR</b>	Água			
<b>NOME</b>	População servida por Sistemas de Abastecimento de Água e por Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais			
<b>TIPO</b>	PER	<input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input checked="" type="checkbox"/> Resposta	<b>ECOXXI 2013</b>	<input type="checkbox"/> primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input type="checkbox"/> não universal (INU)

<p><b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b>          Este indicador procura:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar a cobertura da rede de abastecimento de água para consumo humano;</li> <li>- Promover a utilização de um sistema tarifário adequado;</li> <li>- Reduzir as perdas de água no sistema público de abastecimento;</li> <li>- Promover a adequação de procedimentos na lavagem de pavimentos;</li> <li>- Promover a adequação da gestão de rega em jardins e similares;</li> <li>- Promover a adequação da gestão de rega, do solo e das espécies plantadas em campos desportivos, campos de golfe e outros espaços verdes de recreio;</li> <li>- Sensibilizar a população para o uso eficiente de água.</li> <li>- Avaliar a cobertura dos sistemas de drenagem de água residuais em termos de população servida e da população efetivamente servida por tratamento de águas residuais;</li> <li>- Promover a utilização de um sistema tarifário adequado;</li> <li>- Promover a utilização de água da chuva na lavagem de pavimentos;</li> <li>- Promover a utilização de água residual tratada na lavagem de pavimentos;</li> <li>- Promover a utilização de água da chuva em jardins e similares;</li> <li>- Promover a utilização de água residual tratada em jardins e similares;</li> <li>- Promover a utilização de água da chuva em campos desportivos, campos de golfe e outros espaços verdes de recreio;</li> <li>- Promover a utilização de água residual tratada em campos desportivos, campos de golfe e outros espaços verdes de recreio;</li> <li>- Sensibilizar a população para o uso eficiente de água.</li> </ul>	<p><b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- População residente no município;</li> <li>- % de população abastecida por sistemas de abastecimento de água;</li> <li>- % de população residente servida com redes de drenagem de águas residuais.</li> <li>- % de população servida por ETAR e FSC em funcionamento.</li> <li>- População servida por sistema público de drenagem por grau de tratamento</li> </ul> <p><b>METODOLOGIA</b>  <b>Para pontuar o município necessita de cumprir todos os subindicadores referidos:</b></p> <p><b>A - População servida por Sistemas de Abastecimento de Água</b>          A1 – População abastecida por água da rede pública (n.º e % de habitantes)          A2 – Informação adicional</p> <p><b>B – População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais</b>          B1 – População servida por sistema público de drenagem (n.º de habitantes e %)          B2 – População residente ligada a instalações de tratamento de águas residuais (n.º de habitantes e %)          B3 – Nome e localização das ETAR(s)          B4 – Informação adicional</p>
<p><b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>          Agenda 21: Capítulo 18 - Proteção da qualidade e do abastecimento de água doce: aplicação de abordagens integradas para o desenvolvimento, gestão e utilização dos recursos aquáticos.</p>	<p><b>FONTE (S)</b>          Município; APA, INE</p>
<p><b>METAS A ALCANÇAR</b>          95% de população servida por sistemas de abastecimento de água.          90% ou mais de população servida com sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais.</p>	<p><b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- sub indicador <b>A = 3,5 pontos (0,5 pontos de bónus)</b></li> <li>- sub indicador <b>B = 3,5 pontos (0,5 pontos de bónus)</b></li> <li>- subindicador B1 = 1,75 pontos + 0,25 pontos de bónus</li> <li>- subindicador B2 = 1,75 pontos + 0,25 pontos de bónus</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Pontuação Máxima = 7,0 pontos</b>  <b>(*) INDICADOR COM BONUS</b></p> <p><b>Indicador Complementar (IC)</b> – não é imperativo.  <b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios.</p>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura





<b>SETOR</b>	<b>Resíduos</b>			
<b>NOME</b>	<b>Resíduos urbanos gerados, recolhidos seletivamente e tratados</b>			
<b>TIPO</b>	PER	<input checked="" type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Resposta	<b>ECOXXI 2013</b>	<input checked="" type="checkbox"/> primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input type="checkbox"/> não universal (INU)

<p><b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b>          Produção de resíduos urbanos gerados. Quantidade de resíduos que é valorizado através da preparação para a reutilização, reciclagem e/ou valorização energética por tipo de resíduo produzido.</p>	<p><b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b>          - Quantidade de RU gerados nos três últimos anos (kg/habitante.ano);          - Quantidade de RU recolhidos seletivamente (kg/habitante. ano), nos últimos três anos;          - Quantidade de RU gerados/tipo de resíduos (t. e %), nos últimos três anos;          - Quantidade de RU valorizados e/ou encaminhados para reciclagem/tipo de resíduos (t. e %), nos últimos três anos;          - % de RU desviados de aterro (RU valorizados/ RU produzidos *100), nos últimos três anos.</p>
<p><b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>          Agenda 21: Capítulo 21 - Gestão ecologicamente racional dos resíduos sólidos e questões relacionadas com as águas residuais.</p>	<p><b>METODOLOGIA</b>          Os subindicadores B e C são calculados a partir da evolução dos RU gerados e recolhidos seletivamente nos últimos três anos. Este indicador é calculado com base na quantificação dos RU gerados na fonte, e na quantificação do peso de resíduos valorizados relativamente ao peso total de resíduos gerados.  <b>A – Entidade responsável pela recolha e valorização de resíduos urbanos no município</b>  <b>B – Evolução dos RU gerados</b>  <b>C – Evolução dos RU recolhidos seletivamente</b>  <b>D – Resíduos de embalagem encaminhados para reciclagem</b>  <b>E – REEE Encaminhados para reciclagem</b>  <b>F - RPA Encaminhados para valorização</b>  <b>G – Valorização de RU Biodegradáveis</b>  <b>H – RU desviados de aterro</b></p>
<p><b>METAS A ALCANÇAR</b>          Metas e estratégias definidas no âmbito dos planos sectoriais de resíduos PERSU II (Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos), bem como no PPRU (Programa de Prevenção de RU) e legislação nacional e comunitária sobre embalagens e resíduos de embalagens, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e resíduos de pilhas e acumuladores, e da legislação sobre aterros.</p>	<p><b>FONTE(S)</b>          Município;          APA; CDDR; INE; ERSAR; SPV; ELGR.</p>
<p><b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b>          Subindicador <b>A</b> – Sistema de Valorização de Resíduos = <b>máximo 1 ponto</b>          Subindicador <b>B</b> – Evolução de RU gerados = <b>1 ponto</b>          Subindicador <b>C</b> – Evolução dos RU recolhidos seletivamente = <b>1 ponto</b>          Subindicador <b>D</b> – Resíduos de embalagem encaminhados para reciclagem = <b>1 ponto</b>          Subindicador <b>E</b> – REEE’s encaminhados para reciclagem = <b>0,5 pontos</b>          Subindicador <b>F</b> – RPA encaminhados para valorização = <b>0,5 pontos</b>          Subindicador <b>G</b> – Valorização de RU biodegradáveis = <b>1 ponto</b>          Subindicador <b>H</b> – RU desviados de aterro = <b>1 ponto</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Pontuação Máxima = 7,0 pontos(*)</b></p> <p><b>Indicador Primário (IP)</b> – Critério imperativo para o município se poder candidatar ao ECOXXI deverá pontuar no <b>subindicador B.</b>  <b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios.</p>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura.



SETOR	Energia		
NOME	Valorização do papel da energia na gestão municipal		
TIPO	PER	<input checked="" type="checkbox"/> Pressão <input type="checkbox"/> Estado <input type="checkbox"/> Resposta	ECOXXI 2013 <input checked="" type="checkbox"/> primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input type="checkbox"/> não universal (INU)

<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> Este indicador pretende analisar as competências e iniciativas dos municípios, quer enquanto entidades consumidoras de energia e gestoras do seu próprio património, quer enquanto entidades reguladoras das atividades económicas e/ou exploração dos recursos endógenos do território sobre o qual possuem obrigações e responsabilidades.	<b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b> Nº de respostas afirmativas e negativas relativamente a um conjunto de questões relacionadas com a oferta e procura de energia no município.
	<b>METODOLOGIA</b> O município deverá responder ao questionário relativo à forma como é encarada a energia a nível de política municipal, quer enquanto entidade consumidora, quer enquanto entidade gestora e promotora de melhores práticas. Para pontuar o município necessita de cumprir pelo menos 2 subindicadores do conjunto A + 1 subindicador do conjunto B.  <b>A – Município enquanto entidade consumidora de energia</b> A1 – Contabiliza, controla e desagrega por tipo de utilização final os seus consumos de energia (abastecimento de água, iluminação pública, tratamento de efluentes, transportes e edifícios – edifícios de serviços, desportivos e escolares, regas e lavagens)? A2 - Implementou programas de racionalização dos consumos nas suas instalações (edifícios de serviços, edifícios escolares, equipamentos desportivos, ETARs e efluentes, entre outros), ou frotas (frotas de serviços municipais, resíduos sólidos urbanos, frotas da Câmara Municipal, entre outras) e iluminação pública? A3 – Definiu metas para o aumento da eficiência energética (redução do consumo) e/ou utilização de energias renováveis nos seus edifícios, instalações ou frotas municipais? Quantifique. A4 – Que soluções tecnológicas instalou na iluminação pública e nos edifícios. Que sistemas de monitorização ou regulação são utilizados? A5 – Definiu procedimentos específicos na sua política de compras que valorizem a aquisição de bens/equipamentos de maior eficiência energética? A6 – Possui uma estratégia ativa de integração das energias renováveis nos edifícios/instalações do município? Descreva a estratégia. Indique os resultados atingidos em kw/h. A7 – Tem algum Gestor de Energia Municipal? O Gestor faz a articulação com a Agência ou com o Plano de Atividades da Agência aprovada pelo município com a Agência de Energia e Ambiente? Com qual? A8 - Tem alguma estratégia ativa de informação e sensibilização para a utilização racional de energia, dirigida à sua estrutura interna? Qual?  <b>B – Município enquanto entidade dinamizadora das melhores práticas</b> B1 – Promove e verifica o cumprimento dos Regulamentos das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE) nos edifícios e dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE)? Possui um observatório de verificação do cumprimento do regulamento RCCTE? Como funciona? Qual o objetivo? Promove a disseminação dos regulamentos municipais RCCTE e RSECE? Como? B2 – Tem alguma disposição municipal que incentive e valorize a construção de edifícios de classe A ou A+ no concelho? Qual? B3 – Lançou iniciativas/projetos/programas ou tem alguma estratégia ativa de promoção do aproveitamento de recursos energéticos endógenos (ex: micro geração, solar térmico, biomassa, eólica, foto voltaico)? Quais? B4 – O município possui matriz energética? Quando foi elaborada ou revista?



<b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> Agenda 21: Capítulo 4 - Modificação dos padrões de consumo; Capítulo 7 - Promoção do desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos humanos; Capítulo 9 - Proteção da atmosfera.	Anexe. B5 – Em sede de revisão do Plano Diretor Municipal, tem em consideração os Planos/Matrizes municipais (Planos Municipais de Ambiente, de Energia e outros relacionados com energia e ambiente)? De que forma? Em que áreas? B6- Participa em projetos de investimento de produção de energia (eletricidade e calor) a partir de fontes de energia renováveis (parques eólicos e solares, centrais de biomassa e foto voltaicas, etc.)? Explícite-os. B7 - Tem alguma estratégia ativa de informação e educação para a energia, dirigida a setores específicos (e.g., escolas) ou aos municípios e público em geral? Qual? Qual o público alvo? Quais os objetivos? Colabora, ou tem parcerias com outras entidades? Quais? B8 – Aderiu ao Pacto dos Autarcas? Já submeteu o respetivo plano de ação de eficiência energética? Anexe
	<b>FONTE (S)</b> Município; Agência Municipal ou Regional de Energia ADENE; DGEG; ERSE; EDP; GALP; MEI
	<b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b> Subindicador <b>A = 3,5 pontos</b> A1 a A6 e A8 = 0,5 pontos A7 = 0,5 pontos de bônus Subindicador <b>B = 3,5 pontos</b> B1 a B7 = 0,5 pontos B8 = 0,5 pontos
	<b>Pontuação Máxima = 7 pontos</b> <b>(*) INDICADOR COM BONUS</b>
	<b>Indicador Complementar (IC)</b> – não é imperativo. <b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios.

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura



<b>SETOR</b>	Transportes; Ordenamento do Território			
<b>NOME</b>	Mobilidade Sustentável			
<b>TIPO</b>	<b>PER</b>	<input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado Resposta	<b>ECOXXI 2013</b>	<input type="checkbox"/> primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input type="checkbox"/> não universal (INU)

<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> Este indicador pretende aferir a existência de estruturas disponíveis facilitadoras de uma mobilidade mais sustentável.	<b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b> Área total do município; N.º habitantes no concelho; Extensão total da rede viária; N.º total de km percorridos pelo transporte escolar em toda a rede; Extensão de ciclovias no concelho; N.º de km de ciclovias em meio urbano; N.º de lugares de estacionamento público de bicicletas; N.º total de km de ruas pedonais no concelho; N.º de utilizadores; N.º total de alunos; N.º total de veículos afetos a transporte público; N.º de veículos afetos aos Serviços de Transporte Público Coletivo Urbano; N.º total de km percorridos em toda a rede de Transporte Público Coletivo Urbano da iniciativa municipal; Idade média da frota de Transporte Público Coletivo Urbano da iniciativa municipal; N.º de veículos de transporte público em frota adaptada; N.º de veículos municipais de transporte público movidos a energias alternativas; Nome, data e grau de concretização do Plano; N.º de áreas com "Zona 30"; N.º e tipo de medidas de acalmia de tráfego no concelho; Investimento municipal total em transportes (€); Investimento municipal em linhas de transporte de baixa densidade (€); Investimento municipal em transporte escolar (€); Investimento da frota de transportes públicos adaptada a pessoas com mobilidade reduzida (€); Investimento em ciclovias (€); Investimento em Medidas de Acalmia (€);
<b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> Agenda 21: Capítulo 4 - Modificação dos padrões de consumo; Capítulo 6 - Proteção e promoção da saúde humana; Capítulo 9 - Proteção da atmosfera.	<b>METODOLOGIA</b> Para pontuar o município necessita de cumprir todos os subindicadores referidos: <b>A. Transportes Públicos</b> <b>A1 – Oferta de Transporte Público Coletivo</b> A.1.1 Existência de Serviços de Transporte Público Coletivo Urbano A.1.2 Existência de Serviços de Transporte Público Coletivo Urbano da iniciativa municipal (concessão ou gerido pelo município) A.1.3 N.º de veículos afetos aos Serviços de Transporte Público Coletivo Urbano da iniciativa municipal A.1.4 N.º total de km percorridos em toda a rede Transporte Público Coletivo Urbano da iniciativa municipal nos últimos três anos A.1.5 Idade média da frota Transporte Público Coletivo Urbano da iniciativa municipal A.1.6 Outro tipo de serviços prestados A.1.7 Existência de Linhas de Transporte em áreas de baixa densidade A.1.8 Entidade que explora os transportes em áreas de baixa densidade A.1.9 Existência de Serviços de Transporte Escolar A.1.10 N.º total de km percorridos pelo transporte escolar em toda a rede em 2012



	<p>A.1.11 N.º de utilizadores em 2012 A.1.12 N.º total de alunos em 2012</p> <p>A2. Acessibilidade nos Transportes Públicos A.2.1 Frota de veículos públicos adaptados em 2012 A3. Inovação e Promoção dos Transportes Públicos A.3.1 Frota municipal de veículos movidos a energias alternativas (n.º de veículos afetos) A.3.2 Outras medidas de promoção dos transportes em 2012</p> <p><b>B. Mobilidade e Acessibilidade Pedonal</b> B.1 N.º total de km de ruas pedonais no concelho B.2 Breve descrição B.3 Acessibilidade a edifícios públicos municipais (edifícios acessíveis)</p> <p><b>C. Mobilidade em Bicicleta</b> C.1 N.º total de km de ciclovias C.2 Breve descrição das ciclovias por troços ou em rede C.3 N.º de lugares de estacionamento público de bicicletas C.4 Sistema de partilha pública de bicicletas (<i>bike-sharing</i>)</p> <p><b>D. Acalmia de Tráfego</b> D.1 Medidas de Acalmia de Tráfego no concelho D.2 N.º de áreas com “zona 30”</p> <p><b>E. Planos e Projetos</b> E.1 Existência de Planos de Mobilidade Sustentável E.2 Nome, Data e Grau de concretização do plano</p> <p><b>F. Gestão da Mobilidade</b> F.1 Existência de medidas no regulamento urbanístico para a promoção da mobilidade sustentável F.2 N.º de lugares de estacionamento público no concelho F.3 N.º de lugares de estacionamento tarifado no concelho F.4 Medidas de Promoção da Mobilidade Sustentável</p> <p><b>G. Investimento em Transportes e Mobilidade</b> G1. Investimento municipal em transporte urbano nos últimos três anos G2. Investimento municipal em linhas de transporte de baixa densidade nos últimos três anos G3. Investimento municipal em transporte escolar nos últimos três anos G4. Investimento da frota de transportes públicos adaptada a PMR nos últimos três anos G5. Investimento em Ciclovias nos últimos três anos G6. Investimento em Medidas de Acalmia nos últimos três anos</p> <p><b>FONTE(S)</b> Município; IMTT; FCSH-UNL (IDE)</p>
<p><b>METAS A ALCANÇAR</b> Criação de estruturas e políticas conducentes a uma mobilidade cada vez mais sustentável.</p>	<p><b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b> Subindicador <b>A = 3,5 pontos</b> Subindicador <b>B = 0,6 pontos</b> Subindicador <b>C = 0,5 pontos</b> Subindicador <b>D = 0,4 pontos</b> Subindicador <b>E = 1,0 ponto</b> Subindicador <b>F = 1,0 ponto</b> Subindicador <b>G = 0,3 pontos de bónus</b></p> <p style="text-align: right;"><b>Pontuação Máxima = 7 pontos</b> <b>(*) INDICADOR COM BONUS</b></p> <p><b>Indicador Complementar (IC)</b> – não é imperativo. <b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios.</p>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura



SETOR	Ruído				
NOME	Qualidade do Ambiente Sonoro				
TIPO	PER	<input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input checked="" type="checkbox"/> Resposta	ECOXXI 2013	<input type="checkbox"/> primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input checked="" type="checkbox"/> não universal (INU)	

<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> Este indicador pretende aferir a adoção de medidas conducentes à melhoria da qualidade do ambiente sonoro.	<b>UNIDADE(S) DE MEDIDA</b> Mapas de ruído. N.º de medidas de melhoria de qualidade de ambiente sonoro.
	<b>METODOLOGIA</b> <b>A. Mapas de ruído do concelho:</b> A1. Existência de mapas de ruído no concelho A1.1- Integração do mapa de ruído como peça do PDM; A1.2- Existência de carta de classificação de zonas;  A2. % da população sobre-exposta a ruído ambiente exterior: A2.1 - Zonas Sensíveis: $L_{den} > 55$ dB(A) e/ou $L_n > 45$ dB(A); $L_{den} > 65$ dB(A) e/ou $L_n > 55$ dB(A) (proximidade de GIT existente ou GIT aéreo em projeto); $L_{den} > 60$ dB(A) e/ou $L_n > 50$ dB(A) (proximidade de GIT não aéreo em projeto) A2.2 - Zonas Mistas: $L_{den} > 65$ dB(A) e/ou $L_n > 55$ dB(A) A2.3 Anexa o mapa de ruído A2.4 Observações relativas ao(s) mapa(s) de ruído  <b>B. Plano Municipal de Redução de Ruído:</b> B1 – Existência de Plano Municipal de Redução de Ruído; B2 – Descrição das medidas permanentes de redução de ruído previstas ou não no PMRR
	<b>FONTE(S)</b> Município; Município; APA; CCDRs; DRRF Açores; DROTA
<b>METAS A ALCANÇAR</b> O Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, aprova o Regulamento Geral do Ruído, determinando que na execução da política de ordenamento do território e urbanismo deve ser assegurada a qualidade do ambiente sonoro, na habitação, trabalho e lazer.	<b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b> - Subindicador <b>A = 1 ponto</b> - Subindicador <b>B = 2 pontos</b>
	<b>Pontuação Máxima = 3 pontos</b>
	<b>Indicador Complementar (IC)</b> – não é imperativo. <b>O indicador tem componentes Universais e Não Universais.</b> <b>INU no caso e não existir população sobre-exposta a ruído ambiente exterior</b>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura



<b>SETOR</b>	Agricultura			
<b>NOME</b>	Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável			
<b>TIPO</b>	<b>PER</b>	<input type="checkbox"/> Pressão <input checked="" type="checkbox"/> Estado <input checked="" type="checkbox"/> Resposta	<b>ECOXXI 2013</b>	<input type="checkbox"/> primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar(IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input checked="" type="checkbox"/> não universal (INU)

<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b> A - Entende-se como habitat agrícola seminatural as áreas onde a atividade tradicional promoveu ao longo do tempo o estabelecimento de relações intra e inter espécies criando situações de equilíbrio no meio biofísico onde se inserem e que permitam desenvolver atividades económicas, sendo hoje o garante do desenvolvimento e manutenção de vários ecossistemas naturais. B - O Modo de Produção Biológico (MPB) é um modo de produção especial ao nível da exploração agrícola, que implica, nomeadamente, restrições consideráveis no que se refere à utilização de fertilizantes ou de pesticidas que possam produzir efeitos desfavoráveis no ambiente ou ter como resultado a presença de resíduos nos produtos agrícolas. O MPB responde positivamente, quer às exigências dos consumidores, quer à preservação do meio ambiente e da biodiversidade, respeitando profundamente o saber fazer dos agricultores e o futuro do planeta, utilizando técnicas e produtos compatíveis com uma agricultura economicamente viável e com a obtenção de produtos de qualidade. A adesão ao MPB constitui um indicador de "resposta" às pressões geradas pela agricultura competitiva. Para aderir ao MPB o agricultor tem de se sujeitar a um controlo específico (regulamento de aplicação do modo de produção biológico). C - Promover e divulgar os sabores e saberes, quer através da valorização de produtos de qualidade, quer do fortalecimento das micro e pequenas empresas associadas ao artesanato agroalimentar, permite o aparecimento de um conjunto de oportunidades ao nível do desenvolvimento do mundo rural. D- Os Grupos de Ação Local (GAL) são parcerias organizadas entre entidades públicas e privadas que entre si, acordaram uma estratégia comum de intervenção para um território, consubstanciada numa Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD) que reflete as potencialidades e as necessidades dos territórios. E – As hortas urbanas são uma estratégia a nível local que visa a utilização dos espaços intersticiais da área urbana dos municípios, contribuindo para o valor estético da paisagem, controlo climático, espaço de recreio e lazer, e abastecimento alimentar local.	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b> - Superfície agrícola utilizada (SAU) no concelho - Área ocupada com habitat agrícola seminatural no concelho - Área controlada no Modo de Produção Biológico no concelho - N.º de produtos qualificados (DOP, IGP, ETG, etc) - N.º de produtos alimentares de carácter artesanal reconhecido no concelho - N.º de hortas urbanas da iniciativa município no concelho - Representatividade autárquica no Grupo de Ação Local no âmbito das Políticas de Desenvolvimento Rural <b>METODOLOGIA</b> O indicador é calculado tendo em consideração: <b>A. Habitat agrícola seminatural</b> A1. Área e % da SAU ocupada com habitat agrícola seminatural no concelho. <b>B. Modo de Produção Biológico no concelho</b> B1. Área e % da SAU controlada no Modo de Produção Biológico no concelho B2. Listagem das produções com modo de produção biológico <b>C. Valorização dos produtos de qualidade</b> C1. N.º de produtos qualificados (DOP, IGP, etc.), no concelho C2. N.º de produtos alimentares de carácter artesanal reconhecido, no concelho <b>D. Parceiro de um Grupo de Ação Local</b> D1. Participação da Câmara Municipal num Grupo de Ação Local D2. Participação das Juntas de Freguesia num Grupo de Ação Local D3. Descrição das formas de participação <b>E. Hortas urbanas da iniciativa municipal</b> E1. Existência de hortas urbanas no concelho E2. % de área das hortas urbanas biológicas (certificadas ou não) E3. N.º de municípios envolvidos E4. Informação /formação sobre as hortas urbanas (técnicas de produção, época de produção das culturas, trabalho comunitário, compostagem, entre outros). Breve Descrição
<b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL</b>	<b>FONTE(S)</b> Município; INE; DGADR; GPP



Agenda 21: Capítulo 14 -Fomento da agricultura e do desenvolvimento rural sustentável	<b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECO XXI</b> - subindicador <b>A = 1,0 ponto</b> - subindicador <b>B = 1,0 ponto</b> - subindicador <b>C = 1,0 ponto</b> - subindicador <b>D = 0,5 pontos</b> - subindicador <b>E = 0,5 pontos de bónus</b>
<b>METAS A ALCANÇAR</b> <b>A-</b> Manutenção de agricultura que é base de determinados habitats <b>B-</b> Existência de área controlada no Modo de produção Biológico <b>C-</b> Existência de novas atividades que sejam potenciadoras de revitalização económica e criação de emprego nas zonas rurais. <b>D-</b> Participação ativa das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias rurais nas estratégias locais de desenvolvimento, apoiadas pelas políticas de desenvolvimento rural <b>E –</b> Existência de hortas urbanas da iniciativa municipal com representatividade no município.	<b>Pontuação Máxima = 3,5 pontos</b> <b>(*) INDICADOR COM BONUS</b> <b>Indicador Complementar (IC)</b> - não é imperativo <b>Indicador não universal (INU)</b> - Sub-Indicadores A e B não são aplicáveis nos municípios sem SAU.

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura





<b>SETOR</b>	<b>Turismo</b>				
<b>NOME</b>	<b>Turismo Sustentável</b>				
<b>TIPO</b>	<b>PER</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Pressão	<input checked="" type="checkbox"/> Estado	<input checked="" type="checkbox"/> Resposta	<b>ECOXXI 2013</b>
				<input type="checkbox"/> primário (IP) <input checked="" type="checkbox"/> complementar (IC) <input checked="" type="checkbox"/> universal (IU) <input checked="" type="checkbox"/> não universal (INU)	

<p><b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b>          Este indicador pretende aferir o desempenho turístico do município, bem como as iniciativas da autarquia que contribuem para integrar o turismo como uma atividade sustentável na sua área de influência.</p>	<p><b>UNIDADE (S) DE MEDIDA</b>          - Evolução das Dormidas (%)          - Taxa de Ocupação-Cama          - Estada Média          - Empreendimentos Turísticos de 4 e 5 estrelas (%)          - Proveitos de Aposento</p>
<p><b>AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>  <b>Agenda 21:</b> Capítulo 4 - Alteração dos padrões de consumo; Capítulo 5 – Dinâmica demográfica e sustentabilidade; Capítulo 8 - Integrar o ambiente e desenvolvimento nas decisões.</p>	<p><b>METODOLOGIA</b>  <b>A. DESEMPENHO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO</b>  <b>A1</b> - Evolução do n.º de dormidas          (n.º de dormidas 2011/ n.º de dormidas 2012)  <b>A2</b> - Taxa de Ocupação-Cama          (n.º de dormidas 2012/ n.º de camas disponíveis 2012) *100  <b>A3</b> – Estada Média          (n.º de dormidas 2012/ n.º de hóspedes 2012)  <b>A4</b> – Proveitos de Aposento          (proveitos de aposento 2012/ n.º de dormidas 2012)  <b>A5</b> – % de Empreendimentos Turísticos (capacidade em camas) de 4 e 5 estrelas<sup>5</sup>          (n.º de 4 e 5*/ n.º total)   <b>B – VALORIZAÇÃO DO ARTESANATO</b>  <b>B1</b> – N.º de Unidades Produtivas Artesanais/ população residente   <b>C - TURISMO RURAL</b>  <b>C1</b> - N.º de unidades, quartos e camas de Turismo em Espaço Rural e Alojamento Local por km<sup>2</sup>   <b>D - INICIATIVAS DESENVOLVIDAS PELO MUNICÍPIO</b>  <b>D1</b> - Existência de itinerários/ percursos turísticos temáticos e/ou (integração em) redes/rotas de âmbito supramunicipal  <b>D2</b> - Identificação de um projeto/ação de relevo de dinamização turística do património cultural ou natural do município  <b>D3</b> - Identificação de um projeto de parceria que contribui para o desenvolvimento turístico do município  <b>D4</b> - Identificação de ações de informação ambiental dirigida aos agentes do setor do turismo ou turistas  <b>D5</b> - Realização, nos últimos três anos, de um inquérito à satisfação dos turistas, de âmbito municipal, no destino  <b>D6</b> - Site do município com informação turística atualizada em, pelo menos, dois idiomas  <b>D7</b> - Plano/estratégia para o turismo assente nos princípios da sustentabilidade elaborado ou revisto nos últimos cinco anos</p>
<p><b>METAS A ALCANÇAR</b>          Dimensões da sustentabilidade:          Económica</p> <p>- Assegurar, a longo prazo, a competitividade, a viabilidade e a prosperidade das empresas do setor turístico e dos destinos turísticos.          - Proporcionar oportunidades de emprego de qualidade, oferecendo um pacote de remunerações e condições justas e evitar todas as formas de discriminação.</p>	<p><b>FONTE (S)</b>          Turismo de Portugal, I.P., INE, PPART e Municípios</p> <p><b>SISTEMA DE PONTUAÇÃO PARA O ECOXXI</b>          - subindicador <b>A= 1,7 pontos</b>          - subindicador <b>B = 0,2 pontos</b>          - subindicador <b>C = 0,5 pontos de bónus</b>          - subindicador <b>D = 1,6 pontos</b></p>



<p>Social</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais através do turismo, e envolvê-las no seu planeamento e gestão.</li><li>- Proporcionar uma experiência de segurança, satisfação e realização aos visitantes, à disposição de todos sem discriminação de sexo, raça, religião, deficiência ou de qualquer outra forma.</li></ul> <p>Cultural e ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Minimizar a poluição e a degradação do ambiente a nível global e local e a utilização dos escassos recursos usados pelas atividades turísticas.</li><li>- Manter e reforçar a riqueza cultural e a biodiversidade e contribuir para a sua valorização e conservação.</li></ul> <p>Agenda para um Turismo Europeu mais Sustentável.</p>	
	<p><b>Pontuação Máxima = 3,5 pontos</b> <b>(*) INDICADOR COM BONUS</b></p> <p><b>Indicador Complementar (IC)</b> – não é imperativo <b>Indicador Universal (IU)</b> – válido para todos os municípios <b>Indicador C (INU)</b> – não universal (válido apenas para os municípios com espaço rural significativo)</p>

(\*) ver conceitos, notas explicativas, recomendações e sistema de pontuação no Guia de Apoio à Candidatura



## **C.SIGLAS**



## SIGLAS UTILIZADAS (gerais)

ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa  
ADENE - Agência para a Energia  
AP – Área Protegida  
APA – Agência Portuguesa do Ambiente  
CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional  
DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia  
DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural  
DGT – Direção Geral do Território  
DOP – Denominação de Origem Protegida  
DRFCN - Direção Regional dos Recursos Florestais da Madeira  
DROTA - Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente  
EE – Eco-Escolas  
ELD - Estratégia Local de Desenvolvimento  
ELGR – Entidade Local de Gestão de Resíduos  
EMAS - *Eco-Management and Audit Scheme*  
ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos  
ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais  
FEE – Fundação para a Educação Ambiental  
GAL - Grupos de Ação Local  
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.  
IGP – Indicação Geográfica Protegida  
IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
IPQ - Instituto Português da Qualidade  
IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento  
IQA - Índice de Qualidade da Água  
ISO - *International Organization for Standardization*  
JRA – Jovens Repórteres para o Ambiente  
MNHNC – Museu Nacional de História Natural e Ciência  
ONG – Organização Não Governamental  
ONGA – Organização Não Governamental de Ambiente  
ONGD - Organização Não Governamental de Desenvolvimento  
PDM – Plano Diretor Municipal  
PERSU II – Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos  
PGF - Plano de Gestão Florestal  
PMOT- Plano Municipal de Ordenamento do Território  
PMR – Pessoas com Mobilidade Reduzida  
PMRR - Plano Municipal de Redução de Ruído  
PP – Plano de Pormenor  
PPART – Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais  
PU – Plano de Urbanização  
PRAUD - Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas  
RAN – Reserva Agrícola Nacional  
RCCTE - Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios  
REVPAR - *Revenue per Available Room*  
REN – Reserva Ecológica Nacional  
RIP - Reconhecimento de Interesse Público  
RU – Resíduos Urbanos  
RUB - Resíduos Urbanos Biodegradáveis  
SAU – Superfície Agrícola Útil  
SPV – Sociedade Ponto Verde  
SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana  
TP – Turismo de Portugal  
ZBCD - Zona Balnear Costeira Designada  
ZBFD - Zona Balnear Fluvial Designada  
ZIF – Zona de Intervenção Florestal



**Siglas relativas ao ECOXXI**

IP - Indicador Primário (imperativo)

IC - Indicador Complementar

IU - Indicador Universal

INU - Indicador Não Universal

PMP - Pontuação Máxima Possível

PT – Pontuação Total